



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

TATIANA MARTINS FERNANDES

**CORPOS JOVENS E NEGROS NA MARÉ: O (DES)ENCONTRO
ENTRE JUVENICÍDIO E SAÚDE MENTAL**

Rio de Janeiro, janeiro de 2021

TATIANA MARTINS FERNANDES

**CORPOS JOVENS E NEGROS NA MARÉ: O (DES)ENCONTRO
ENTRE JUVENICÍDIO E SAÚDE MENTAL**

Trabalho de Conclusão do Curso, apresentado para obtenção de grau de Assistente Social no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

Orientadora: Professora Dra. Rita de Cássia Cavalcante Lima

Rio de Janeiro, janeiro de 2021

TATIANA MARTINS FERNANDES

**CORPOS JOVENS E NEGROS NA MARÉ: O (DES)ENCONTRO ENTRE
JUVENICÍDIO E SAÚDE MENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela
Banca Examinadora para obtenção do Grau de
Assistente Social, no Curso de Serviço Social da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

**Professora Dra. Rita de Cássia Cavalcante Lima
- (UFRJ) – Orientadora**

Professora Dra. Cibele da Silva Henriques- (UFRJ)

Professora Dra. Joana Garcia - (UFRJ)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente à minha orientadora Rita Cavalcante que esteve comigo durante todo esse processo, me apoiando e me ajudando durante todas as suas fases. Os ensinamentos acadêmicos (e de vida) permanecerão eternamente.

Também gostaria de agradecer ao meu marido, que no início desse processo era noivo, Yuri Moreira. Obrigada por sempre me apoiar em meio a todos os surtos e estresses devido aos prazos e por sempre me incentivar a não desistir e a priorizar minha vida acadêmica e profissional.

Também agradeço aos meus pais: Rosana e Marcelo Fernandes, que sempre se puseram dispostos a me ajudar em tudo o que fosse necessário, e que em meio a tantas complicações financeiras sempre priorizaram minha formação escolar. Muito obrigada por tudo o que fizeram e até hoje se propõem a fazer por mim.

Aos meus companheiros de academia: Higor Claudino, Isis Rodrigues e Isabela Leoni que desde o primeiro semestre de faculdade me encontraram e me deram um lugar de pertencimento. Entramos jovens adultos e, hoje em dia, saímos crescidos. Porém, ainda juntos e nos apoiando em todos os quesitos possíveis: amo vocês. Sem a sabedoria maternal do Claudino, a empatia de Ísis e os empurrões e conselhos da Isabela eu não estaria me formando.

À uma grande amiga e companheira que a graduação me trouxe: Joana Rodrigues. De espiritualidade à temas acadêmicos, é a você que recorro quando a coisa aperta. Obrigada!

À todos os meus companheiros e supervisores no período de estágio, em especial à minha supervisora de estágio: Dayana Christina, que sempre me ajudou e orientou de todas as formas possíveis a respeito do meu tema, sempre me incentivando a seguir meu caminho. Te admiro muito!

À todas as professoras e professores que me ajudaram em momentos difíceis e tortuosos da graduação, muito obrigada pelo apoio, vocês sabem quem são!

Gostaria de finalizar agradecendo ao universo, às forças superiores que circundam nossa existência. Acredito que nada é por acaso, obrigada por me permitirem estar aqui!

“Não existe nem nunca existirá respeito às diferenças em um mundo em que pessoas morrem de fome ou são assassinadas pela cor da pele”

Silvio Almeida

Resumo

O presente trabalho tem como principal objetivo problematizar a relação entre o o juvenicídio e expressões de sofrimento em saúde no Brasil, tendo seu foco em jovens negros moradores de territórios violentados. Para isso, analisa-se o racismo estrutural e alguns aspectos que o circundam a partir das especificidades da formação social escravocrata brasileira e a seletividade penal que se atualiza com a criminalização advinda do proibicionismo às drogas. Foi exercitado o materialismo histórico-dialético como método de análise, acionando o levantamento bibliográfico e as lembranças da experiência de estágio em Serviço Social no Complexo de favelas da Maré de 2019 a 2020; além de dados quantitativos extraídos de documentos para demonstração empírica, buscando nunca perder o foco de uma reflexão crítica. Na experiência do estágio, a emergência de problemas de saúde mental nos jovens atendidos nos fez apreender a relação entre juvenicídio e o racismo estrutural em face à acintosa e seletiva guerra às drogas na Maré aprofundada em 2019 neste território.

Palavras-chave: Racismo estrutural. Juvenicídio. Proibicionismo às drogas. Saúde Mental. Territorialidade.

Abstract: the present paper has as main objective to problematize the relation between juvenicide and expressions of health suffering in Brazil, focusing on young black people living in violented territories. For such, structural racism and some aspects that surround it are analyzed from the specifics of the Brazilian slavery social formation and the criminal selectivity that is updated with the criminalization resulting from the prohibition of drugs. Historical and dialectical materialism was exercised as a method of analysis, leading to the bibliographic survey and the memories of the internship experience in Social Work in the Maré favela complex from 2019 to 2020, in addition to quantitative data extracted from documents for empirical demonstration, seeking to never lose the focus of critical reflection. In the experience of the internship, the emergence of mental health problems in the served young people made us understand the relationship between juvenile and structural racism in the face of the sharp and selective war on drugs in Maré, deepened in 2019 in this territory.

Keywords: Structural racism. Juvenicide. Prohibition of drugs. Mental health. Territoriality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. Formação social brasileira e questão racial: implicações para o juvenicídio no Brasil	13
1.1 Onde tudo começou.....	13
1.2 Escravidão e Capitalismo	17
1.3 Capitalismo, Escravismo e consequência para a população negra nos dias atuais.	25
2. Juvenicídio e juventude: uma leitura crítica	27
2.1. O que é juventude? O que é juvenicídio?	27
2.2 Racismo Estrutural	33
2.2.1 Estigma e auto-imagem do corpo negro	38
2.3 Proibicionismo.....	40
3. Juvenicídio e sofrimento psíquico	44
3.1. Saúde mental, juvenicídio e racismo: relações diretas	44
3.2 Territorialidade: Complexo da Maré e Luta Pela Paz: memórias do estágio.....	55
3.3.1 Questão social, território e terceiro setor.....	59
Considerações finais	63
REFERÊNCIAS.....	65

INTRODUÇÃO

O presente trabalho surge a partir de um questionamento forjado enquanto eu realizava os quatro períodos de estágio obrigatório na OSCIP Luta Pela Paz, localizada no Complexo da Maré, durante os dois anos de 2019 e 2020, para conclusão do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Logo na entrevista de estágio deparei-me com a problemática da saúde mental ao ser entrevistada pelos jovens que compõem a Liderança Juvenil da organização. Lembro-me das diferentes histórias que foram narradas ao salientar-se a importância que é ter uma noção territorial do local e racial dos estudantes, e todas as problemáticas que os circundam. Ficava óbvio, para mim, que tais histórias não eram fáceis de serem contadas, pois a dor e sofrimento que o peso delas carregava estava exposto no tom e, muitas vezes, nas lágrimas.

A partir do primeiro período de estágio, percebi que algumas das principais demandas da instituição - e do território - traziam de forma empírica o debate da saúde mental, principalmente em relação aos jovens e adolescentes. Muitos casos de automutilação e ameaças, muitas vezes tentativas de suicídio fizeram com que diversas estratégias fossem pensadas de modo a minimizar o sofrimento que estava agora vindo à tona aos profissionais, e com isso o tema começou também a ser pensado e abordado de forma crítica e multiprofissional, a partir de reuniões periódicas com outras organizações presentes no território.

Com todas essas indagações que procurei a professora Rita Cavalcante para orientação de TCC, em meio a uma palestra à convite do estágio sobre redução de danos, que tratava de um esforço conjunto entre instituições da Maré, atentas ao sofrimento em saúde mental dos seus moradores, em conjunto com a universidade que visava, dentro do possível, trabalhar a questão do cuidado no território. A partir da orientação fui apresentada aos conceitos de juvenicídio e colonialismo, que, em

conjunto com uma interpretação crítica da formação brasileira e saúde mental, desembocaram no trabalho que aqui se encontra.

Com o degrading da orientação e o amadurecimento no campo de estágio, foi-se formando o objetivo da pesquisa, que saía de seu modo cru e tomava forma: problematizar a relação entre o racismo estrutural e o juvenicídio no Brasil, especificamente em territórios afetados pela violência do Estado, desvelando a partir do campo de estágio na Maré expressões do sofrimento em saúde. Do ponto de vista metodológico, acionou-se fontes bibliográficas e a memória das observações do estágio e do conhecimento produzido e mantido em domínio público por espaços sócio ocupacionais da própria Maré sobre o território e a juventude. Nas memórias recuperadas do estágio não há referência a qualquer informação que faculte nomear os sujeitos reais nem se trata de um registro factual e frio do pretérito. Essa monografia recupera o mirante teórico e prático que se constituiu com as inquietações advindas da experiência de estágio; portanto, se colocando como resistência à violência do esquecimento da formação e das condições de trabalho e de vida de quem vive em territórios seletiva e permanentemente violados em seus direitos.

Deixo, portanto, minha pequena contribuição para a análise do sofrimento psíquico em adolescentes e jovens moradores da favela da Maré, procurando trazer uma abordagem marxista, crítica e decolonial. Para tanto, essa monografia foi dividida em 3 capítulos. Começamos falando sobre a formação social brasileira e a constituição das bases para o juvenicídio no Brasil, unindo um breve apanhado histórico e sociológico sobre a constituição do capitalismo brasileiro com a teoria da colonialidade. Exemplificamos a passagem do escravismo para o um sistema capitalista desenvolvido, que se deu de modo a dar um lugar muito específico à população negra recém libertada, retirando-a do mercado formal de trabalho.

Depois, trouxemos a categoria juvenicídio e juventude, explicitando como o racismo estrutural no Brasil traz consequências para a população negra, de modo a, em sincronia com a sociedade *colonializada*, dar a este o local do *não ser*, afetando

o modo como a sociedade enxerga esse grupo e como isso influencia também para uma auto imagem negativa e negação da própria cultura. Tratamos também do proibicionismo e seletividade penal, explicando como o sistema jurídico brasileiro é, além de seletivo, instrumento de controle.

A partir do último capítulo, trouxemos a questão da saúde e sofrimento psíquico, explicando nossa abordagem acerca da saúde mental e questionando noções atuais, fazendo emergir, a partir de uma noção ampla de saúde, a relação entre juvenicídio e sofrimento. Também territorializamos o local e jovens a qual abrange a atual pesquisa: moradores do Complexo da Maré no Rio de Janeiro, terminando com um depoimento pessoal acerca do meu período em estágio.

Não poderia deixar de comentar sobre as limitações causadas devido à pandemia do COVID 19, que teve sua chegada ao Brasil no primeiro semestre de 2020. Devido ao tema estar intrinsecamente ligado ao campo de estágio, havia a pretensão e planejamento de buscar dados quantitativos neste último semestre em campo, os quais serviriam para embasar algumas argumentações. Devido à época de pandemia, não foi-me possível atuar em campo, o que impossibilitou a materialização de alguns planejamentos. Devido a isto, minha experiência em campo é trazida através de uma busca das memórias dos 3 semestres presenciais e alguns dados já existentes, realizados pela própria instituição e outras do território.

1. Formação social brasileira e questão racial: implicações para o juvenicídio no Brasil

1.1 Onde tudo começou

É imprescindível, para analisarmos o juvenicídio no Brasil e suas implicações para saúde mental, que analisemos, antes, as constituintes deste fenômeno no território brasileiro, já que sua história e consolidação incidem diretamente na realidade em que os jovens que iremos tratar neste trabalho existem e resistem.

O Brasil possui uma realidade muito particular. Devido a isso, a análise deste apenas pode ser completa com bibliografias que estudem suas particularidades. Por termos uma perspectiva crítica, embasada no materialismo histórico-dialético, também iremos aprofundar nosso texto com autores que seguem tal perspectiva, procurando evitar quaisquer sincretismos.

Como veremos mais à frente, o juvenicídio tem relação direta com o racismo estrutural no Brasil. Para entendermos a constituição do racismo brasileiro, é preciso que entendamos como se concebe a formação social brasileira, mais especificamente, as particularidades do capitalismo no Brasil. Nossa análise surge a partir de Caio Prado Júnior, de acordo com sua visão sobre a inserção do Brasil no capitalismo e o lugar que este ocupa no mundo em seus primórdios. Em sua tese, que pode ser encontrada em seu livro *“Formação do Brasil Contemporâneo”*, ao trazer a análise da história do Brasil, tentando entender o sentido próprio e particular do povo brasileiro¹, o autor funda a teoria de que, no Brasil, nunca houve feudalismo, sendo este inserido no bojo do capitalismo mercantil desde sua fundação para poder atender às suas necessidades.

¹ “Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo ‘sentido’ (PRADO JUNIOR. 1942. p.13).

Pode-se dizer, portanto, que o Brasil não foi criado para atender necessidade internas, mas exógenas, tendo no foco de sua economia fornecer produtos básicos para os países capitalistas em expansão da época, se sustentando através da escravidão, do latifúndio e da monocultura que se fundamentaram puramente para sustentar e intensificar essa produção. Esse processo consolida no Brasil uma economia - e, em consequência, uma classe dominante - que serve ao capital externo. Nasce também, a partir desse contexto, uma das bases para acumulação primitiva ocorrida na Europa, servindo portanto como parte de um projeto para expansão do capitalismo mercantil e onde a colonização visava apenas gerar lucro para os grandes capitais internacionais, não tendo seu foco principal no desenvolvimento interno.

Segundo Ianni, ao citar Caio Prado

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inventará seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Este início, cujo caráter se manterá dominante através dos séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Haverá resultantes secundárias que tendem para algo de mais elevado; mas elas ainda mal fazem notas. (IANNI, 1992. p. 55)

No âmbito mundial, a ideia da raça surge ancorando-se em uma pseudo biologia que serviria para sustentar a concepção de que há diferenças naturais entre as mais variadas etnias e, desse modo, colocando o branco como o mais evoluído, dando a esse o poder de dominação sobre outros povos e justificando atrocidades, como foi o caso da escravidão. Isso se dá inicialmente nas américas como um modo de validar as conquistas e, de forma concomitante, a partir do século XVII, na

Europa para justificar a colonização. Desse modo, criam-se padrões mundiais de poder que intensificam e justificam a dominação. Ou, nas palavras de Quijano (2005) “*raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação básica da população*”. Aos povos originários, a servidão. Aos negros, a escravidão. Aos brancos, a dominação.

Ao mesmo tempo, todas as formas de trabalho, seus recursos e sua produção foram manejadas em prol de sustentar e desenvolver o capitalismo mundial, criando-se um “*novo padrão global de controle do trabalho*” (Quijano. 2005. p. 3) e estruturando as relações de produção pela primeira vez como um capitalismo mundial. A ideia da raça surge também como uma técnica de controle, de modo que cada grupo deveria ocupar um lugar específico no mundo do trabalho, servindo para o trabalho assalariado e posições de poder somente o branco.²

Assim, cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular. Conseqüentemente, o controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de um grupo específico de gente dominada. Uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido. (QUIJANO, 2005: p. 5)

A partir do século XVII, a Europa se torna centro geográfico dessas relações de poder que têm como espinha dorsal a questão racial e a exploração de diferentes formas de trabalho em função do Capital, tornando-se o âmago do capitalismo mundial.

Perpassando o viés econômico, a Europa ocidental cria um padrão também subjetivo além de, no desenrolar do Renascimento, controlar e padronizar a ciência de modo a utilizá-la para assentar esse padrão. Expropria-se e reprime-se tudo que advém dos povos colonizados e, quando possível, torna hegemônico a cultura e a

² A ideia de que as raças colonizadas não estariam aptas ao trabalho remunerado pode ser vista até no século XXI, a partir do momento em que nos centros capitalistas há uma grande diferença salarial entre os brancos e não brancos. Usando como exemplo os indicadores do Brasil, no ano de 2019 a diferença salarial entre negros e brancos chegou a 41%, segundo o PNAD (Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios).

religião, criando um modelo para tudo que é intersubjetivo: o modelo branco europeu, que representava a *modernidade* pregada pelo eurocentrismo, que seria:

“uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo.” (QUIJANO, 2004. p.17):

Assim, ocultadas por trás da retórica da modernidade, práticas econômicas dispensavam vidas humanas, e o conhecimento justificava o racismo e a inferioridade de vidas humanas, que eram naturalmente consideradas dispensáveis. (MIGNOLO, 2017. p4)

Cria-se, portanto, um dualismo em que o lado *bom* e *evoluído* da humanidade constitui-se como o homem branco cristão, e tudo o que difere dessa padronização estaria mais próximo da natureza, ou seja, estaria passível de ser dominado por aqueles que seriam o topo da evolução humana, perspectiva trazida não somente para pessoas como também para civilizações. pode-se dizer que: *“ocultadas por trás da retórica da modernidade, práticas econômicas dispensavam vidas humanas, e o conhecimento justificava o racismo e a inferioridade de vidas humanas, que eram naturalmente consideradas dispensáveis.”* (MIGNOLO, 2017. p4)

É a partir desta intersubjetividade criada que possibilitou a transformação de um determinado povo em mercadoria, em concomitância com a fundamentação do Brasil como um país cujo um dos papéis no mercado mundial era subsidiar a classe trabalhadora de outros países, que criam-se as bases para a escravidão brasileira, que serviria como sustentato à um modelo específico de sociedade: o modelo branco, capitalista e eurocentrado.

1.2 Escravidão e Capitalismo

Apesar da incompatibilidade teórica da escravidão com o liberalismo, nas américas esta serviu para subsidiar esse sistema e garantir sua enorme taxa de

lucro. O trabalho escravo foi essencial para a concentração de riqueza, gerando a mão de obra necessária no sistema colonial. Segundo Quijano:

Na América a escravidão foi deliberadamente estabelecida e organizada como mercadoria para produzir mercadorias para o mercado mundial e, desse modo, para servir aos propósitos e necessidades do capitalismo. Do mesmo modo, a servidão imposta aos índios, inclusive a redefinição das instituições da reciprocidade, para servir os mesmos fins, isto é, para produzir mercadorias para o mercado mundial. (QUIJANO, 2005, p.18)

Desse modo, a escravidão não influenciou somente economicamente a sociedade brasileira, mas fazia-se presente em todos os seus âmbitos. Segundo Ianni:

A *escravatura* foi a única coisa organizada da sociedade colonial. E assim entrou pelo século XIX. Tudo o mais dependeu principalmente dela. O que não era baseado ou dependente do trabalho escravo tendia a ser menor, secundário, irrelevante ou um produto das oscilações, avanços e retrocessos do regime escravista. Foram séculos de escravatura, determinando a organização do trabalho e vida, a economia, política e cultura. Os séculos de trabalho escravizado produziram um universo de valores, padrões, ideias, doutrinas, modos de ser, pensar e agir. Na Colônia e no Império nem tudo era diretamente baseado no regime de trabalho escravo, mas esse regime influenciava bastante o conjunto da sociedade. O que não era escravista estava adjetivo, dependente, referido, influenciado - ou permanecia à parte. O "norte" da sociabilidade e do poder, da economia e política, da cultura e ideologia estava assinalado pelo escravismo. (IANNI, 1992, p.58)

Portanto o escravismo moldou durante anos todo um sistema, tendo esse passado escravocrata ligação intrínseca com as relações sociais e o modo de ser da sociedade brasileira em todos as suas repartições, pois "*há sempre alguma contemporaneidade entre as formas de pensamento e as de ser, os modos de vida e trabalho e os de pensar, sentir e agir.*" (IANNI, 1992, p.58), já que economia e cultura estão amplamente vinculados, sendo a primeira fundamental para condicionar todo o modo de ser e pensar de uma sociedade. Isso perdura até os dias atuais, pois como nos explica também Ianni (1992), o passado é predominantemente influente no

presente, onde “*Os séculos de escravismo marcaram funda e largamente a formação social brasileira, em suas peculiaridades sociais, econômicas, políticas e culturais.*” (IANNI. 1992. p. 64)

Cabe destacar aqui o fato de que, como nos explica Silvio Almeida (2018) em seu livro “O Que é Racismo Estrutural?”, o racismo não é resquício direto da escravidão, mas sim “*uma manifestação das estruturas do capitalismo, que foram forjadas pela escravidão*” (ALMEIDA, 2018. p. 144). Ou seja, nossa perspectiva analítica parte do pressuposto de que o fulcro das desigualdades raciais está na constituição das relações econômicas e sociais do modo de produção capitalista. As relações de classe e mercantis, inerentes do capitalismo, trazem consigo as configurações de uma subjetividade (e objetividade) racista e desigual, criando assim as bases para o juvenicídio brasileiro. Portanto, para nós, não é possível que a noção de classe esteja separada da noção de raça, pois não existe capitalismo sem opressão racial, sendo esta inerente às relações sociais do modo de produção capitalista, portanto, “*não existe ‘consciência de classe’ sem consciência do problema racial*” (MOURA, 1994. p. 23)

Clóvis Moura (1994) reitera a análise de Caio Prado Júnior (1942) nos explicando em “Dialética Radical do Brasil Negro” que, desde suas origens coloniais, o que reinava no Brasil era o sistema escravista que existiu para sustentar as grandes burguesias internacionais. Clóvis coloca o negro como foco principal da compreensão de sua formação, ao explicitar como organizaram uma luta política que molda sua história, sendo poranto os atores centrais da luta de classes do período escravocrata.

O modo de produção escravista, segundo Clóvis Moura, pode ser dividido em duas etapas, O Escravismo Pleno e o Tardio. O primeiro, referindo-se à sua fase inicial, é a época de consolidação do sistema, que se dá do período que se encontra no início da colonização até o fim do tráfico negreiro, em 1850.

Nesse período podemos dizer que os seus rasgos fundamentais e que o caracterizam são os seguintes:

- 1 - Produção exclusiva para exportação no mercado colonial, salvo produção de subsistência pouco relevante.
- 2 - Tráfico de escravos de caráter internacional e o tráfico triangular como elemento mediador.
- 3 - Subordinação total da economia colonial a Metrópole e impossibilidade de uma acumulação primitiva do capital interna em nível que pudesse determinar a passagem do escravismo ao capitalismo não dependente.
- 4 - Latifúndio escravista como forma fundamental de propriedade.
- 5 - Legislação repressora contra os escravos violenta e sem apelação.
- 6 - Os escravos lutam sozinhos de forma ativa e radical contra o instituto da escravidão. (MOURA, 1987. p. 39)

Ou seja, trata-se no momento em que o escravismo assume todas as faces das relações sociais e de produção brasileiras, sendo o comércio de negros escravizados importante para constituição econômica da época, sendo também uma fase em que não há apoio algum de homens livres para com a luta negra, estando, os negros sozinhos na luta contra o sistema escravista.

No Escravismo Tardio, que se dá do fim do comércio de negros escravizados até a abolição da escravatura, em 1888, há um cruzamento entre o moderno e o arcaico, em que novos recursos tecnológicos eram usados em um contexto escravista. Iremos discorrer sobre a passagem desse Escravismo Tardio para um capitalismo dependente no Brasil, com a intenção de explicitar as bases do juvenicídio no Brasil e o modo como a população negra foi tratada nessa passagem.

Segundo Clóvis Moura (1994), foram cinco as medidas que antecederam o advento do trabalho livre no Brasil, todas elas influenciando de alguma forma o local que a população negra se ocupa na sociedade, negando-lhes a socialização e bases necessárias para construir uma vida digna no Brasil ou voltarem para sua terra de origem.

A primeira medida é caracterizada pela Tarifa Alves Branco. Esta tarifa tinha, à primeira vista, um caráter somente protecionista, visando proteger a indústria

nacional que ainda estava se formando. Todavia, como explica Moura, a Tarifa Alves Branco “além de ser um contragolpe à atitude inglesa, tinha por finalidade aumentar a arrecadação alfandegária e desse modo melhorar a situação do tesouro nacional” (MOURA, 1994. p. 105), ou seja, para além da justificativa protecionista, havia também um viés fiscal e taxativo. Em paralelo, havia o intuito de proteger o espaço do trabalho livre de que necessitava o imigrante branco, abrindo possibilidades para este mesmo durante o escravismo, de modo a recusar aos negros escravizados local de prestígio no mercado formal de trabalho ao se libertarem, já que o foco era trazer imigrantes que estariam, segundo o pensamento dominante da época, mais preparados para ocuparem esse lugar na sociedade, além de servir, também, para embranquecer a população brasileira. Ou seja: era uma forma de modernizar o Brasil mantendo-se uma relação de subordinação e inferioridade. Segundo Moura:

O aceno à industrialização não levava em consideração nem o fato de termos uma grande massa de trabalhadores ainda considerada *coisa* e por isto incapaz de poder participar desse modelo de modernização, nem uma superestrutura jurídica e política que legalizava esse *status quo*, brecando qualquer possibilidade de mudança social nesse sentido. (...) O *arcaico* que não era elemento de cogitação de modificações e por isto deveria ser ignorado. E um projeto *moderno* que não considerava esse mundo e poderia modernizar o Brasil descartando o lado *arcaico* como parte do nosso ser *social*. (MOURA, 1994. p.69)

Em segundo temos a Lei de Terras, que retirava do Estado o título de único proprietário e doador e colocava as terras no mercado para venda, de modo a impossibilitar sua aquisição por negros libertos no pós-abolição, além de facilitar a aquisição por parte do colono estrangeiro, incentivando a imigração e protegendo os interesses dos senhores. Deste modo, era negado aos negros qualquer possibilidade de um pós-abolição digno, ao negá-los um meio de subsistência e renda, dando à questão de terras uma alçada liberal, visando impedir uma lei abolicionista que incluísse como dever doação de terras ao ex-escravizados, ao mesmo tempo gerando a possibilidade de imigrantes tornarem pequenos proprietários. Moura nos explica que:

Estava fechado o circuito, estabelecendo-se a profilaxia que impediria a mobilidade da sociedade brasileira rumo a um estágio com possibilidades iguais para todos os seus filhos. Depois disto, a Abolição poderia vir sem nenhum susto ou trauma para as classes senhoriais. Tudo ficou sob controle (MOURA, 1994. p. 120)

Em terceiro lugar temos a Lei Eusébio de Queirós, que surgiu para proibir o tráfico de negros escravizados e aplicar punições às navegações que apresentassem quaisquer sinais de que estavam engajando no tráfico. Apesar de muitas tentativas por parte de traficantes e senhores para burlar o processo, constituiu-se um golpe fatal ao escravismo tardio, possibilitando a passagem do Brasil para o capitalismo dependente.

Em quarto, como nos explica Moura (1994), temos a Guerra do Paraguai, que teve seu início em 1864 já contando com um Brasil que se encontrava em péssima situação econômica, já não sendo financeiramente capaz de sustentar uma guerra. Através desta, há o envio compulsório de negros escravizados para cumprirem o papel de soldados de linha de frente em uma guerra que tinha como premissa levar liberdade para o povo paraguaio. No fim, houve um verdadeiro massacre, onde morreram cerca de 60 a 100 mil negros (MOURA, 1994. p. 139). Além de interesses econômicos da Inglaterra para com a América do Sul, há, como motivo de engajamento brasileiro na guerra, a manutenção do trabalho escravo e a supressão de ideias abolicionistas que tomavam força. A Guerra do Paraguai culmina em um avanço substancial no nível de consciência dos negros escravizados, que tinham acesso a uma área de interação expandida, e na ruína econômica brasileira, ambas situações que contribuíram para a passagem do escravismo tardio ao capitalismo dependente.

Em quinto temos a política imigrantista. O surto imigrantista incentivado pelo Estado teve como principal objetivo suprir uma necessidade de mão de obra que o advento do trabalho livre trazia, mão de obra que não era digna de ser ocupada pelo ex negro escravizado. Paralelamente, ajudaria o embranquecimento da população

brasileira, deixando-a mais próxima dos moldes que o eurocentrismo capitalista demandava.

O caminho para a abolição da escravatura e industrialização no Brasil foi construído de modo a solidificar o espaço do negro no Brasil, ou melhor, para retirar deste qualquer espaço digno ao negar-lhes o direito à terra e a posições no mercado formal de trabalho. A modernização é conservadora, não tendo um avanço qualitativo nas relações sociais, mas sendo focada no avanço econômico, por conseguinte, “(...) *pode-se dizer que o Brasil não experimentou desenvolvimento ao longo de sua história, mas somente o crescimento econômico. A industrialização não resultou em distribuição de renda e bem estar para a população*” (ALMEIDA, 2018. p. 149.)

A burguesia brasileira consolida-se no poder mantendo laços estreitos de dependência com burguesias estrangeiras. Mesmo posteriormente, com o advento do capitalismo monopolista, O Brasil herda seu local de dependência para com capitais externos, ficando à mercê de decisões externas para se desenvolver internamente, ou seja: os processos de concentração no Modo de Produção Capitalista encaminham os papéis de cada país no capitalismo, onde há países que determinam o futuro de outros, tendo poder direto sobre eles. Ao unir o arcaico e o moderno, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil se dá a partir de diversas revoluções que foram realizadas pelo alto, avançando de maneira material sem, no entanto, avançar na relação homem-homem³, ou seja, “*em determinada sociedade houve um progresso econômico, tecnológico, cultural, e em outras partes e níveis da sua estrutura sem uma modificação que a isto correspondesse nas suas relações de produção, ou seja, na sua infraestrutura*” (MOURA, 1994. p. 85). Ao mesmo tempo que há um anseio por parte da classe dominante por uma grande modernização técnica, não há a cogitação de uma mudança na estruturação das relações sociais, o que acarreta em uma *modernização sem mudança* subordinada aos interesses do

³Como exemplos disso, o autor menciona a criação de determinadas tecnologias que serviram para manter a ordem: o telégrafo, que apesar de ter sido criado a fim de evitar o tráfico negreiro era utilizado pelos senhores de negros escravizados para alertar as autoridades de fuga; a navegação a vapor, que era utilizada para que traficantes realizassem viagens menores e as ferrovias, que serviam para eliminar os sítios de agitação quilombola.

capitalismo internacional . Como explica Ianni ao tratar da época da Independência e abolição em seu livro *Ideia de Brasil Moderno*:

Quiseram realizar reformas institucionais e sociais, de modo a jogar o país mais perto do seu presente. Interpretando as sugestões e os interesses do capitalismo mundial, principalmente inglês, preconizavam a modernização, naquele tempo denominada progresso. (IANNI; 1994; p15)

Porém:

(...) O que prevaleceu foi o passado, a continuidade colonial, o escravismo, o absolutismo. O modo pelo qual se organizou o Estado nacional garantiu a continuidade, o conservantismo, as estruturas sociais herdadas do colonialismo, o lusitanismo. (IANNI, 1994. p. 14)

Portanto, nos séculos seguintes ao século XVII, mantém-se no Brasil a mentalidade colonial não somente a partir de nossa classe dominante, mas também em traços do Estado e o modo como este lidava diretamente com a sociedade, fundando portanto as bases para o racismo estrutural no Brasil.

Em função, as mudanças estruturais ocorridas nessa época não se constituem a partir do protagonismo popular, mas sim através de diversos acordos entre os grupos que detinham o poder no país⁴. Por conseguinte, a classe dominante no Brasil advém dos antigos senhores de engenho e uma parcela de imigrantes estrangeiros que possuía possibilidade de crescimento dentro do capitalismo, e, de certo modo, reatualizam antigos laços conservadores, mantendo estruturas arcaicas sem mudar o fulcro das relações sociais existentes. Nas palavras de Clóvis Moura: “o *moderno* passa a servir ao *arcaico*” (MOURA, 1994. p. 86).

Posteriormente, após a abolição da escravatura, os antigos senhores de escravos mantêm-se no poder, mesmo com o trabalho livre já existindo, à medida

⁴ Cabe salientar que este fato não é sinônimo da falta de luta por parte da classe trabalhadora, muito pelo contrário, foi a partir da resistência popular que muitos direitos foram conquistados. Afinal, como dizia Marx: “A história de toda a sociedade até aqui é a história de lutas de classes.”

que que possuem as terras, que foram impedidas aos ex negros escravizados de serem adquiridas, a partir da fundamentação da Lei de Terras. Segundo Moura:

Os senhores de escravos aproveitam o processo de modernização e, ao mesmo tempo, de dependência, para manterem os seus privilégios de classe e sobreviverem à passagem do escravismo tardio para o trabalho livre.(...) A passagem da escravidão para o trabalho livre não afetou por isto os interesses das oligarquias, pois, ao perderem os escravos, muitos deles já onerosos por serem membros de um estoque envelhecido, continuaram com a posse de terra, símbolo econômico e social de poder. (MOURA,1994. p.82)

Essa realidade consolida-se como uma forma específica de dominação e exploração capitalista onde o país se constitui de modo a assegurar a acumulação primitiva no capitalismo internacional. Para poder aumentar a extração de mais-valia da burguesia interna, já que parte dessa mais-valia é enviada para fora do país, as relações de trabalho internas se particularizam em uma superexploração da força de trabalho, onde o trabalhador, principalmente o pauperizado, é ainda mais explorado e as relações de trabalho são ainda mais precárias.

Ou seja: a classe trabalhadora brasileira, composta por negros escravizados e seus descendentes que foram impedidos sistematicamente de aproveitar objetiva e subjetivamente quaisquer participação ativa nas decisões sociais e políticas do país, é superexplorada e precarizada, ao mesmo tempo que não tem acesso ao avanço das forças produtivas presentes nos países capitalista dominantes.

1.3 Capitalismo, Escravismo e consequência para a população negra nos dias atuais.

Desse modo, podemos observar as diferentes violações que hoje em dia acarretam nas bases do juvenicídio brasileiro. Temos um grupo social que foi

impedido de entrar no mercado formal de trabalho, excluído de qualquer alternativa de sustento e moradia, negado a própria cultura, assassinado através de um envio compulsório a uma guerra hipócrita e, nas raras possibilidades em que consegue adentrar o mercado formal de trabalho, é superexplorado, tendo que trabalhar em situações precárias sem conseguir ao menos garantir o mínimo para reprodução de seu trabalho.

Apesar disso, a sociedade individualiza questões que são, como pudemos ver, estruturais, culpando as vítimas do sistema e responsabilizando-as pelos problemas criados pelo próprio capitalismo. Temos a saúde mental como uma das múltiplas facetas dessa problemática. Como diz Ianni:

Muito tempo depois, praticamente um século após a Abolição da Escravatura, ainda ressoa no pensamento social brasileiro a suspeita de que a vítima é culpada. Há estudos em que a "miséria", a "pobreza" e a "ignorância" parecem estados de natureza, ou da responsabilidade do miserável, pobre, analfabeto. Não há empenho visível em revelar a trama das relações que produzem e reproduzem as desigualdades sociais. IANNI. 2004. P. 110)

Portanto, toda essa fundamentação histórica e social criou as bases para que *“63,7% dos desocupados, o que corresponde a 8,3 milhões de pessoas.”* na população negra, *“Mais da metade (61,6%)”* da população carcerária na população negra, *“(78,9%) dos 10% dos indivíduos com mais chances de serem vítimas de homicídios”* em que *“100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras”* e *“possuem chances 23,5% maiores de serem assassinados em relação a brasileiros de outras raças”* (GALEDÉS, 2017), entre muitos outros dados que serão abordados nos capítulos posteriores e sua influência direta na saúde mental dos jovens brasileiros.

Tentamos rapidamente explicitar como o ambiente gerado pelo capitalismo influencia diretamente nesses dados, nessa desigualdade que divide o Brasil entre ricos e miseráveis e é inerente ao modo de produção, onde a taxa de lucro depende unicamente da extração de mais valia e conseqüentemente da concentração de

renda, sendo acentuada no Brasil devido ao nosso passado escravocrata e do capitalismo dependente em que se encontra.

Mas cabe lembrar que a economia e a sociedade, a produção e as condições de produção, o capital e o trabalho, a mercadoria e o lucro, o pauperismo e a propriedade privada capitalista reproduzem-se reciprocamente. O pauperismo não se produz do nada, mas da pauperização. O desemprego e o subemprego são manifestações dos fluxos e refluxos dos ciclos dos negócios. A miséria, a pobreza e a ignorância, em geral, são ingredientes desses processos. O contingente de trabalhadores de reserva tem sido um elemento altamente conveniente para a empresa e a fazenda, no sentido de reduzir os custos da mão-de-obra para o comprador, além de facilitar a divisão da classe operária, enfraquecendo-a em seus sindicatos, partidos, movimentos sociais. É enganoso sugerir que os "dois" brasis pouco ou nada têm a ver um com o outro. A análise atenta das relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica permite demonstrar que os progressos da economia têm raízes na pauperização relativa - e às vezes absoluta - de trabalhadores da cidade e do campo. Isto é, os "participantes" e os "excluídos" estão atados por relações, processos e estruturas que os reiteram continuamente, em distintas formas, diferentes regiões, em geral por intermédio de instrumentos e técnicas controlados pelos que mandam, ou seja, uma parcela dos participantes (IANNI. 2003. P. 112)

Desse modo, são criadas as bases para o juvenicídio brasileiro, tema que será abordado no próximo capítulo. A conceituação da categoria no Brasil é importante para tratarmos a temática de maneira territorializada, entendendo as particularidades do racismo estrutural no capitalismo brasileiro.

2. Juvenicídio e juventude: uma leitura crítica

2.1. O que é juventude? O que é juvenicídio?

O Juvenicídio é uma categoria fundada por José Manuel Valenzuela e discorrida pela doutora Andrea Pires Rocha no Brasil. Caracteriza-se pelo conjunto de violações sofridas pelos jovens no neoliberalismo, em especial os jovens negros e constituintes da classe trabalhadora. Tais violações os impedem de ter uma existência plena, muitas vezes terminando em retirar-lhes a vida. Nega não somente direitos, mas também os violenta cotidiana e estruturalmente. Segundo ROCHA, Pires (2019), ao citar Valenzuela (2015) o juvenicídio:

[...] se inicia com a precarização da vida dos jovens, a ampliação de sua vulnerabilidade econômica e social, o aumento de sua condição de cidadania violada e a diminuição de opções disponíveis para que possam desenvolver projetos viáveis de vida.[...] (VALENZUELA, 2015, p.3. Tradução nossa.)

Portanto, trata-se de um conceito amplo, que além dos números de mortes e assassinatos - que também são dados importantes - refere-se a todas as diferentes violências que são vividas por um grupo específico de jovens que compõe a sociedade capitalista. Segundo Valenzuela (2015)

O juvenicídio possui vários componentes que vão além do mero registro de jovens assassinados que poderiam fazer parte da violência que atinge a sociedade como um todo e se refere apenas ao peso sociodemográfico da juventude. O juvenicídio refere-se a algo mais significativo, pois se refere a processos de precariedade, vulnerabilidade, estigmatização, criminalização e morte. Refere-se à presença de processos de estigmatização e criminalização das e dos jovens construídos por quem detém o poder, com a participação ativa de indústrias culturais que estereotipam e estigmatizam comportamentos e estilos juvenis, criando predisposições que desqualificam

os sujeitos juvenis que se apresentam como indisciplinados, preguiçoso, violentos, membros de gangues, perigoso, anarquistas, criminosos. [...] (VALENZUELA, 2015, P. 21-22. Tradução nossa)

Não obstante sabermos que o juvenicídio não se resume somente ao assassinado, acreditamos ser importante trazer alguns dados presentes no relatório *Hidden in Plain Sight: A statistical analysis of violence against children*⁵ que foi publicado pela UNICEF em setembro de 2014. O relatório referente ao ano de 2012 afirma que, no referido ano, 95.000 pessoas com idade inferior à 20 anos foram assassinadas no mundo, sendo que a maior parte destes assassinatos se dá na América Latina e no Caribe, totalizando 25.000, um quarto do quantitativo mundial e três vezes a média mundial, tendo 70 assassinatos a cada 100.000 habitantes enquanto outros territórios possuem menos de 10. Destes assassinatos, 70% são do sexo masculino. O Brasil possui, de acordo com o relatório, o segundo maior índice de assassinatos com cerca de 11.000, ficando atrás somente da Nigéria. No Brasil, a principal causa de morte de jovens e adolescentes com idade entre 10 e 19 anos é o homicídio. O sexo e questão racial também constituem fatores importantes, segundo o relatório:

Meninos adolescentes de ascendência africana enfrentam o maior risco de homicídio no Brasil. Em 2010, houve aproximadamente 12 vezes mais homicídios entre meninos adolescentes do que meninas adolescentes e três vezes mais entre os adolescentes de ascendência africana do que adolescentes brancos. (UNICEF, 2014. p.47. Tradução nossa)

Tais indicadores trazem um questionamento: de qual juventude estamos nos referindo? Segundo nossa percepção, a juventude, apesar do recorte de idade, é uma categoria histórica e uma construção social. Como afirma MARGULIS, Urresti:

A juventude, como categoria socialmente constituída, tem uma dimensão simbólica, mas também deve ser analisada sob outras dimensões: se deve

⁵ Disponível em:

<https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Hidden_in_plain_sight_statistical_analysis_EN_3_Sept_2014.pdf> Acesso em: novembro de 2019.

prestar atenção aos aspectos factuais, materiais, históricos e políticos em que toda produção social se desenvolve (...). A juventude é uma condição culturalmente construída, mas que tem, por sua vez, uma base material vinculada à idade. Chamamos isso de facticidade: o modo particular de estar no mundo, de ser lançado na sua temporalidade, de experimentar distâncias e durações. A condição etária não tem relação somente com os fenômenos de ordem biológica vinculados com a idade: saúde, energia, etc.; também tem referência com os fenômenos culturais, articulados com a idade.[...] (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2015. p. 18-19)

Essa juventude não é homogênea, mas possui dentro de sua categoria ampla diversas questões como gênero, etnia, orientação sexual, entre outras coisas, questões estas que não são inerentes à idade mas são consequências do modo em que a sociedade enxerga esses diversos grupos e as diferentes culturas que eles possuem. Segundo Valenzuela:

“A construção do que é ser jovem e do que é ser velho implica em disputas de autopercepção e heterorrepresentação, autoinscrição e heterorreconhecimento. As possibilidades de manipulação dessas divisões não são inerentes à condição juvenil, mas implicam em diferenças sociais, inclusive as de classe, gênero e etnia (VALENZUELA, 2015, p. 101)

.Portanto, a constituição da juventude é temporal e interseccional, perpassando a ideologia⁶ dominante da época em que se encontra. Essa ideologia consiste nos pensamentos da classe dominante e expressa as relações de classe, reproduzindo relações materiais através também da subjetividade dos indivíduos. Ou seja, o pensamento dominante de determinada época é o pensamento da classe dominante dessa época. A professora Andréa (2016), ao citar Marx e Engels, em relação à ideologia dominante, nos diz:

[...] os pensamentos dominantes, nada mais são que a expressão ideal das relações materiais dominantes; eles são essas relações materiais dominantes consideradas sob forma de ideias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência, e consequentemente pensam; na medida em que dominam como classe e

⁶ Define-se como ideologia “tudo aquilo que exerce um efeito sobre a subjetividade do homem” (SCHERER, 2018. p.253)

determinam uma época histórica em toda a sua extensão, é evidente que esses indivíduos dominam em todos os sentidos e que têm uma posição dominante, entre outras coisas também como seres pensantes, como produtores de ideias que regulamentam a produção e a distribuição dos pensamentos da sua época; suas ideias, são, portanto, as ideias dominantes de sua época. (ROCHA, 2016. p. 21)

No Modo de Produção Capitalista, a classe dominante consiste na burguesia, e sua ideologia é amplamente difundida de modo a manter estável designado Modo de Produção, evitando que se abale as estruturas que o sustentam. Obtém sua centralidade na propriedade privada e dissemina os “*valores-fetiches, sonhos, expectativas e valores de mercado*” (Scherer G. A. 2018), realizando julgamentos de acordo com os bens possuídos por outrem, além de manter disfarçado as contradições presentes no modo de produção capitalista. Scherer nos diz:

Segundo a OXFAM (2017), neste momento, o 1% mais rico da população mundial possui a mesma riqueza que os outros 99%, e apenas oito bilionários possuem o mesmo que a metade mais pobre da população no planeta. Tal concentração drástica de renda demonstra a forma perversa pela qual a dinâmica do capital se estabelece, possibilitando o acúmulo de capital para uma minoria, enquanto uma grande massa tenta sobreviver com precárias condições de vida em todo o globo. Porém, tais contradições são ocultas pelo poder hegemônico do capital, que – ideologicamente – camufla a relação estrutural, jogando sobre os sujeitos a única responsabilidade de sucesso, no âmbito da sociedade burguesa. (SCHERER. 2018. p. 254)

Com seu enfoque na posse, diversas outras categorias perpassam tal ideologia de modo a darem-na apoio. No capitalismo brasileiro, devido à sua formação social, que como foi discorrido se assentou no escravismo para poder compor o capitalismo mundial, achamos importante frisar o racismo estrutural como outra categoria importante que será discutida mais à frente.

A juventude burguesa, branca, com poder aquisitivo, hétero e masculina é vista como parâmetro a ser seguido, já a juventude pobre e negra é vista como perigosa, devendo ser evitada e esforços feitos para que não haja associações com a mesma, de um modo preconceituoso e envolto de estigmas que isola esse grupo

de uma convivência saudável com a sociedade, trazendo dentre outras consequências o sofrimento. Segundo Scherer G. A:

Inseridas em uma concepção ideológica ligada ao pensamento conservador, certas análises criam a noção de que a violência é uma ação individual realizada por “sujeitos perigosos”, moradores dos “territórios violentos”. Por meio desse constructo ideológico, os sujeitos moradores desses territórios são percebidos como “receptáculos do mal”, não considerando uma conjuntura social que reproduz múltiplas desigualdades sociais e provoca processos de violência: só se percebe a perspectiva individual e reprodutora de violências (SCHERER, 2018. p. 258)

Porém, essa dualidade não afeta somente a vida pessoal dos indivíduos. O Estado, se blindando de tais preconceitos e estigmas, individualiza problemáticas sociais, colocando a culpa pela vulnerabilidade no indivíduo ou no grupo, retirando de si a responsabilidade de fazer valer os princípios que estão legalmente respaldados ao não investir em políticas públicas para esse grupo e apenas se fazer presente através da violência⁷, que também é justificada por tais preconceitos.

A desigualdade, o racismo e a pobreza afetam, portanto, diretamente a qualidade de vida desses jovens, impedindo que estes obtenham possibilidades e concretizem seus desejos. Ao mesmo tempo, alguns deles, justamente devido a intensa desigualdade, adentram o sistema penal, onde finalmente ganham visibilidade, tanto para si quanto para o território em que habitam. Como afirma Valenzuela (2015)

O juvenicídio tem como pano de fundo a obliteração dos canais de mobilidade social das e dos jovens. Estamos falando de horizontes de vida restritos, tanto em termos de empregos disponíveis quanto em sua capacidade de superar a linha de pobreza. Os jovens são os mais afetados pelo desemprego e subemprego, situação que os coloca a necessidade de acessar à informalidade e ao paralelismo, condições de precarização que ampliam a alternativa de atividades ilegais como opções disponíveis para adquirir vários bens básicos e simbólicos divulgados ao ponto de exaustão, pelos meios de comunicação, como elementos que definem vidas bem-sucedidas. Entretanto, a maioria das e dos jovens se encontram

⁷ Estamos nos referindo não somente à violência física mas também estrutural e social. Seja ao utilizar-se de estigmas para juridicamente embasar o encarceramento em massa da população negra, seja ao analisarmos os dados de assassinatos policiais anteriormente citados no trabalho, essa violência é presente no cotidiano.

excluídos desses estilos de vida e das opções de consumo promovidas pelo neoliberalismo (VALENZUELA, 2015, p.17. Tradução nossa)

A Luta Pela Paz, instituição na qual realizei meus quatro períodos de estágio obrigatório para formação em Serviço Social, é localizada no Complexo da Maré e possui como maior parte de seus alunos jovens negros. Todos os jovens que adentram a instituição precisam passar por uma entrevista, e cada entrevista é registrada em fichas de acompanhamento. Nelas, existe um local onde são observados os fatores de risco, no caso, as questões que atravessam a vida dos integrantes e de seus familiares e, ao final de cada ano, é montado um relatório com tais indicadores. Tanto ao se tratar de jovens como ao se tratar das famílias, o principal fator de risco que é comunicado durante as entrevistas sociais é o desemprego, sendo muito superior às outras problemáticas, tendo, no ano de 2017, 105 casos de um total de 183 ocorrências. O segundo fator é o atraso escolar no caso dos jovens e a evasão escolar no caso dos familiares.

Ou seja, ao mesmo tempo que a ideologia burguesa, assentada na propriedade privada, cria uma subjetividade em que só é reconhecido quem possui bens materiais, essa não dá possibilidades para que este setor da população consiga, ao menos, ter uma vida digna com os bens necessários para a sobrevivência. Este jovem, muitas vezes para garantir a própria subsistência e de sua família, começa a trabalhar em atividades ilegais, como por exemplo o tráfico de drogas⁸, onde finalmente ganha a visibilidade do Estado e da Sociedade. Há, portanto, uma dicotomia: invisibilidade se tratando dos direitos sociais e visibilidade quando este jovem pratica algum delito.

Como podemos observar, diferente do que o mito da meritocracia afirma, não depende somente do indivíduo obter uma vida digna, mas também das objetividades que o circundam. quando estamos nos referindo a população negra e especificamente a seus jovens, percebemos que essas objetividades são

⁸ “Diante de um contexto onde se revelam múltiplas precariedades, cresce – especialmente nos territórios violentados pela lógica do capital, de forma exponencial – um mercado de trabalho extremamente lucrativo, proporcionando a possibilidade de inserção de muitos sujeitos no circuito do capital: o tráfico de drogas” (SCHERER. 2018. p.259).

sustentadas em uma grande precarização e vulnerabilidade. Segundo Valenzuela (2015)

Com base nas informações apresentadas, podemos reconhecer a precarização como o primeiro elemento que define a condição de vulnerabilidade dos jovens na América Latina, onde a pobreza e a falta de oportunidades reproduzem um grande setor de jovens e crianças que sofre de fortes condições de vulnerabilidade e desamparo, uma situação que se expande em populações estereotipadas e estigmatizadas [...] (VALENZUELA, 2015. p. 19)

Além dessa precarização por parte do Estado, outro traço que atravessa a vida desses jovens que têm incidência direta na saúde mental é o racismo estrutural. Este muitas vezes serve de sustento para que tais precarizações ocorram, embasando estereótipos e justificando violações. Procuraremos discorrer sobre o referido aspecto mais profundamente no próximo tópico.

2.2 Racismo Estrutural

O racismo é uma construção social, política e ideológica que influencia diretamente as ações do Estado e as relações sociais presentes, tanto para (*não*) garantia dos direitos quanto para o controle social. Portanto, este perpassa o critério performático, mas é constituinte da manutenção de determinada ordem, no caso, ele serve para manter determinado grupo subjugado para facilitar a exploração. De acordo com o pensamento de Valenzuela (2015), o racismo:

[...] faz parte do sistema de classificação social imposto pelos poderes para produzir e reproduzir uma ordem social desigual, mas está ligado aos sentidos e significados de sistemas de racialização, como elementos que garantem a reprodução do poder, portanto, o racismo se refere a uma ordem desigual em que algumas classes ou grupos sociais têm capacidade para produzir e reproduzir relações de subalternidade. Portanto, os racismos não são apenas percepções ou representações, mas relações sociais

desiguais e dominantes e a ordem racializada é expressa nas esferas econômica, social e cultural (VALENZUELA, 2015. p. 20)

De acordo com Silvio Almeida o racismo possui três concepções: a individualista, a institucional a estrutural, que, segundo a explicação da professora Andreia Rocha (2017):

A “concepção individualista” é vista como questão individual, imoral e criminosa, que pode ser resolvida por ações voltadas aos “racistas”. No que tange a “concepção institucional” o autor coloca que os conflitos raciais fazem parte das instituições, tratando o poder como elemento central, reproduzindo assim o projeto político e condições econômicas - ações afirmativas são instrumentos de combate. Já em relação a “concepção estrutural”, refere que o racismo é visto como “decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares[...]” (ROCHA, 2017, p. 68)

No Brasil o racismo é estrutural e historicamente determinado, expressando-se no cotidiano. Ou seja: como nos explica Kilomba (2019), o racismo não se dá de forma pontual, mas está presente de modo padronizado no dia a dia das pessoas, repetindo-se por toda sua vida, em diversos momentos. Isto significa que desde a época do modo de produção escravista/mercantil - modo este, como discutimos no capítulo 1, cunhado por Clóvis Moura em seu livro *Dialética Radical do Brasil Negro*, em que afirma que a escravidão no Brasil possuía em si duas classes: senhores e escravos, constituindo um modo de produção próprio que sustentava o capitalismo mercantilista internacional - o conceito de raça é utilizado como uma forma de dominação entre diferentes grupos, no caso, para justificar as atrocidades acometidas na escravidão, que se deu pela coisificação e subjugação dos negros como *raça* inferior. Nisso, vários aspectos da cultura negra são negados e demonizados de modo a criar no imaginário social um preconceito contra tais aspectos, que causa grande sofrimento e desconforto, sendo para nós uma mediação a ser desvelada para apreender o objetivo desta monografia. Segundo KILOMBA, Grada em seu livro *Memórias da Plantação*:

Em termos psicanalíticos, isso permite que os sentimentos positivos em relação a si mesma/o permaneçam intactos - branquitude como parte “boa” do ego - enquanto as manifestações da parte “má” são projetadas para o exterior e vistas como objetos externos e “ruins”. No mundo conceitual *branco*, o *sujeito negro* é identificado como *objeto “ruim”*, incorporando os aspectos que a sociedade branca tem reprimido e transformado em tabu, isto é, agressividade e sexualidade [...] (KILOMBA, 2019. p. 37)

Dentre diversos aspectos afetados por tal negação, está a falta de políticas públicas destinadas à população negra. Embora estejamos cientes da Política Nacional Integral da População Negra, ao se tratar do tema, desde a criação da Política em 2007, não foram realizados planos e não há um esforço para evolução do conteúdo. Mesmo que 67% do público atendido pelo SUS seja de pessoas negras, a média nacional é 71,2%⁹. Ou seja, mesmo que pretos e pardos sejam maioria no SUS, esses vão menos aos médicos do que brancos, o que demonstra a dificuldade do acesso à saúde.

Outro fator que é importante ressaltar é a falta de estudos sobre a mesma e o descrédito do racismo no meio acadêmico. Também segundo Kilomba:

Por muitos anos, o racismo nem foi visto nem refletido como um problema teórico signficante nos discursos acadêmicos, resultando um déficit teórico muito sério (Weib, 1998). Por um lado, esse déficit enfatiza a pouca importância que tem sido dada ao fenômeno do racismo. E, por outro lado, revela o desrespeito em relação àqueles que experienciam o racismo (KILOMBA, 2019. p. 71)

O impacto dessa expressão de um continuum do colonialismo na universidade, segundo Kilomba (2019, p.75), tende a invisibilizar os efeitos psíquicos do racismo estrutural na vida das pessoas negras, o que pode ser expressado através da pouca abordagem sobre o tema, que só recentemente (a partir de 2019) começou a ter textos publicados.

⁹ Disponível em:

<<http://www.saude.mg.gov.br/component/gmg/story/10727-politicas-publicas-voltadas-para-saude-da-populacao-negra-sao-essenciais-para-minimizar-os-efeitos-do-racismo>> Acesso em: Janeiro de 2020

Uma outra consequência do racismo estrutural é o estigma sofrido, que muitas vezes é motivo de violências ao criar um pré julgamento da pessoa de acordo com sua cor, território, renda, etc. Segundo Valenzuela:

O estigma conota atributos desacreditados e trabalha dentro de sistemas de representações que desacreditam a pessoa e o grupo de pertença. Aqueles que são estigmatizados são frequentemente conferidos a comportamentos <desviantes> ou sem probidade. Essa condição leva à construção de identidades desacreditadas, um conceito que se refere à desqualificação precoce dos membros de um grupo social, independentemente das características que definem seu comportamento. (VALENZUELA, 2015. p.20. Tradução nossa)

Ou seja, antes do esforço para conhecer e entender o que se passa com determinado indivíduo se dá a certeza de certas características baseando-se no grupo de pertença e nos estigmas que este trás. Isso ocasiona, no caso de jovens negros e moradores de favelas, além de problemas em relação à percepção de autoimagem, argumentos por parte do Estado e da sociedade civil para prática de violências, pois os estereótipos criados criam justificativas para criminalização da juventude negra, e a brutalidade que judicialmente (e através dos aparatos espressores do Estado), essa juventude é tratada.

Pude observar, durante meu período de estágio no espaço da Luta Pela Paz, no complexo de favelas da Maré, tal fato, principalmente ao trabalhar diretamente com o grupo de Liderança Juvenil. Devido a casos persistentes de automutilação por parte dos jovens, o tema de saúde mental começou a ser trabalhado com persistência em todos os espaços da Luta Pela Paz. Ao trazer a temática para as reuniões que são realizadas diretamente com o grupo de Liderança Juvenil da instituição, vários relatos de violências surgiram, relatos que vieram cheios de dor e sofrimento. apesar destes terem seu enfoque principalmente na violência policial e nas operações que ocorriam, muitas vezes semanalmente, no primeiro ano do Governo do Estado do Rio de Janeiro de Wilson Witzel (2019-2020). A questão do estigma também apareceu, principalmente por parte dos homens que referiram

possuir dificuldade em viver normalmente e transitar pela cidade sem sofrerem olhares discriminatórios.

Um caso específico que me vem à mente é o de uma aluna e líder, que também trabalhou na instituição como jovem aprendiz por um período de tempo. Esta relatou uma situação que passou, em que, na época em que possuía cabelo curto, foi revistada de forma truculenta por policiais da Polícia Militar ao voltar para casa, de noite. Estes, ao passarem a mão pelo corpo, sentirem suas curvas e realizarem que se tratava de uma mulher, prosseguiram a soltar piadinhas, deixando-a ir. A aluna, além de reafirmar a dor que foi sentir-se violentada, também enfatiza como homens são alvos das revistas policiais e o modo como a mulher negra é sexualizada e vista como objeto.

Pode ser percebido que, de acordo com a percepção dos alunos e responsáveis, que o principal meio de opressão seria o aparelho policial e não o racismo estrutural. Então, se por um lado, nos parece ser fundamental descortinar as determinações da opressão racial no Brasil com seus efeitos também a nível da saúde mental das pessoas negras; por um outro lado, o conceito de racismo institucional pode ser estratégico para reconhecer as distintas competências que as instituições assumem nesse percurso histórico e presente de sofrimento e estigma.

2.2.1 Estigma e auto-imagem do corpo negro

Para problematizar a relação entre racismo estrutural e o juvenicídio em território permanentemente tomado como o expurgo do corpo negro, temos que retomar a análise de quanto este corpo é extremamente estigmatizado na sociedade colonializada, onde o fenótipo étnico é o suficiente para definir quem é ou não humano, ou seja, quem é ou não digno de empatia. Isso se deu, como analisamos, desde épocas em que o comércio de corpos, ou melhor, do corpo negro, era

legalizado, estando este diminuído à condição de mercadoria, abrindo brecha para as mais diversas violências físicas. Na atualidade, a noção de violência e de perigo são automaticamente associados à pele negra, além da extrema sexualização do corpo negro, sofrida principalmente pelas mulheres.

Como consequência, a auto-imagem também é extremamente afetada. Segundo Marco Aurélio Paz Tella em seu artigo “*Estigmas e desqualificação social dos negros em São Paulo e Lisboa*”, a respeito da autoimagem, afirma:

A construção da imagem de grupo e da auto-imagem positiva fica comprometida pela associação do negro com estigmas construídos socialmente. Crescer em ambientes desfavoráveis à sua sociabilização pode comprometer o amadurecimento do indivíduo e sua formação como sujeito. Os processos de desqualificação social e estigmatização são decorrentes de fatores históricos, culturais e econômicos que, além da cor da pele escura, que aponta o grupo racial a qual pertence, há o indicativo da condição social, como o lugar onde mora, a forma de se vestir, etc. (TELLA, 2008. p. 155)

Portanto, uma das consequências do estigma social é uma auto imagem negativa, em que o próprio jovem se vê como inferior a outros grupos que são vistos, como pudemos perceber ao tratarmos sobre eurocentrismo, como meta, o *destino final*. Ou seja: o ser negro possui um local específico no mundo do trabalho, que é enfatizado pela sociedade colonial. Esse local seria o local do *não-ser*.

A zona do não-ser, como nos explica *Bernardino-Costa (2016)* em seu ensaio sobre Fanon, se trata de uma zona imposta pelo colonialismo que retira do negro quaisquer humanidade, objetificando-o e animalizando-o, o que leva o negro utilizar estratégias para retomar sua humanidade¹⁰, adotando, como nos explica Fanon, máscaras-brancas. Esta zona é interseccional, perpassando outras categorias que atribuem ao *não-humano* diferentes valores: classe, gênero, sexualidade, etc, etc.

¹⁰ Um dos exemplos citados pelo autor é a questão da linguagem, em que o negro traz para si a cultura branca de modo a se localizar no mundo em relação a si mesmo e à comunicação com o outro.

Em detrimento disto, a sociedade colonial, assentada numa racionalidade hierárquica e racial, espera que os papéis sociais criados pelo colonialismo sejam cumpridos, e que o lugar de *não-ser* seja inerente ao que é ser negro. Por isso, há a criação de diversas estratégias sustentadas pela *violência simbólica ou física*, que tem como objetivo relembrar à população negra seu lugar no colonialismo.

Para exemplificar esse fato, recomendamos a leitura de Neusa Santos (1983) em seu livro “Tornar-se Negro”, em que o quinto capítulo nos conta a história de Luísa, mostrando-nos o papel que o estigma desenvolvido pelo racismo estrutural possui na construção da auto-imagem e na construção do que é indentificar-se com o que é ser negro e todas as contradições que vêm com essa (des)identificação, através de uma análise psicanalítica de sua história. Luísa têm sua vida atravessada por diversas questões intrinsecamente vinculadas à sua etnia, sentindo por muito tempo a necessidade de se proteger através da utilização de *máscaras brancas* (FANON, 1952), sentindo a necessidade de se embranquecer para encontrar um lugar de valorização no mundo branco eurocêntrico. Com uma infância triste em não se sentir bonita por não estar no padrão e uma juventude em que o esforço de ser a melhor era o único jeito de se sentir *alguém*, a história de Luísa nos exemplifica o que é ser negro estigmatizado em uma sociedade branca eurocêntrica.

2.3 Proibicionismo

Ao mesmo tempo que dos negros escravizados, ao serem explorados, era retirada a humanidade, permitindo assim uma visão animalesca que dispensava dos brancos a empatia e qualquer pudor, a partir do momento que estes passam a resistir a humanidade lhes volta ao corpo, porém como justificativa para punição. Deste modo, os negros, ao persistirem em qualquer tentativa de libertação, eram automaticamente inseridos no sistema jurídico punitivo.

Independente da época, no Brasil, o sistema jurídico sempre foi repleto de violências quando se trata do modo deste lidar com este grupo. No escravismo, tal violência se dava através do castigo físico, modo de punição diferente do que era dado aos brancos e livres, pois, para os primeiros, no atual modo de produção que se sustentava em seu trabalho, não cabia o encarceramento. Já com a abolição, os negros passaram a compor a maioria dos corpos encarcerados, pois com o genocídio da população negra e a tentativa de embranquecer o Brasil, diversas políticas foram criadas para retirar essas pessoas das ruas e escondê-las do resto da população.¹¹ Como exemplo, temos o proibicionismo e a criminalização da *vadiagem*.

A partir do que já foi apresentado, percebemos que o Estado Burguês e Capitalista tem toda sua estrutura e superestrutura focada em garantir o direito à propriedade privada de alguns, que vem envolto em modo de *ser*. Rocha (2020) nos explica como esse estado sempre se utilizou de artifícios penais que se embasam no racismo para poder sustentar os interesses da classe dominante, controlando pobres e negros. Ao *criar* uma noção de violência urbana, este consegue se eximir de responsabilidades sociais e individualizar questões estruturais que são consequências do próprio Estado Burguês, também marginalizando a população pauperizada que não está apta para compor o exército industrial de reserva.

Ou seja, o sistema penal no capitalismo tem um objetivo primordial de controle de um grupo subalternizado - composto majoritariamente da população negra - em função da ascensão e desejos da classe dominante. A segurança bradada a partir de um discurso de proteção no neoliberalismo é usada como “*um instrumento repressivo racista amparada na seletividade penal, mostrando-se opressiva e violenta, jamais como proteção de todos*” (ROCHA, 2020, p. 14).

¹¹ Vale comentar que as marcas da coisificação da população negra são marcas que até hoje observamos e que ainda sustentam diversas atrocidades. Podemos exemplificar isto com, por exemplo, o fato de que mulheres negras recebem menos anestesia que as brancas quando estão em trabalho de parto, pois há a ideia de que estas suportam mais dor e com os recentes castigos físicos proferidos por seguranças de supermercados ao visualizarem um jovem que estaria, possivelmente, roubando uma barra de chocolate.

O proibicionismo, tema que também será abordado pois acreditamos ser essencial para entendermos o racismo estrutural e as violências sofridas nas diversas comunidades, tem suas bases no puritanismo religioso estadunidense e, no Brasil, foi substituído pela medicina higiênica e eugenista, enquanto componentes fundantes do modo de produção capitalista. A fetichização do trabalho, utilizando-se da doença social e, ou, do pecado para poder justificar a exploração, iniciou um controle social e pessoal na vida dos trabalhadores que, com a ajuda das noções de degenerescência na saúde e de predestinação em religiões vinculadas à sociabilidade burguesa, fez com que os senhores de terra, ex-escravizados libertos e trabalhadores imigrantes brancos desenvolvessem seus lugares no novo modo de produção. O proibicionismo teve início em relação à preocupação com o consumo das bebidas alcoólicas, uma de suas facetas criadas a partir desse movimento, pois trabalhadores sóbrios produzem mais ou, de forma progressa, também se observa que a leve excitação do álcool também interessou aos senhores de terras quando provia uma ração diária de cachaça aos escravizados. Conquanto, interessa observar que o proibicionismo às drogas instituído no século XX, recrudescer a partir de 1970 com a Guerra às Drogas, atualizando o racismo estrutural ao tornar o tráfico em traficante matável na economia das drogas ilícitas.

Ao iniciar uma guerra contra as drogas ilícitas, é aberto o pressuposto para criminalizar a pobreza, que, como nos explica SCHERER (2018), trata-se da perseguição de uma classe social específica, não sendo o foco de atuação, de fato, a questão das drogas:

O processo de criminalização das drogas tem como elemento catalizador o recorte de classes, acrescido de elementos ético-raciais, uma vez que – conforme afirma Batista (2003) – aos consumidores das classes média e alta se aplica o paradigma médico, enquanto aos moradores de favela e bairros pobres se aplica o paradigma criminal. Nesse contexto, vivencia-se na realidade brasileira um intenso processo de seletividade penal, que acarreta a criminalização da pobreza, justificando, em grandes partes das vezes, o uso da força policial indiscriminada na caça dos chamados “sujeitos perigosos”. Dessa forma, por meio da construção social calcada no pensamento conservador, se determina os territórios e os sujeitos que devem ser combatidos, uma vez que os múltiplos poderes burgueses constroem socialmente a ideia do inimigo, portador do mal – que, por sua

vez, deve ser eliminado, obscurecendo assim a raiz das desigualdades sociais, sendo este o próprio movimento de valorização do capital. (Scherer G. A. 2018. p. 199/200)

Vale salientar que ao tratar da passagem para o modo de produção capitalista não estamos falando da sociedade brasileira, já que esta, segundo algumas abordagens que concordamos no referido trabalho, possui uma constituição diferente, nunca tendo sido feudal mas sempre tendo sua economia interna desenvolvida para sustentar o capital internacional. Segundo Caio Prado:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes: e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos. [...] Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. (PRADO JÚNIOR, 1977, p. 31-32)

Ao mesmo tempo, justamente por ser uma economia capitalista, o Brasil exporta, desde sua origem - acentuando-se na abolição da escravatura e após assumir os ideais liberais dos países centrais - as ideias dos países dominantes. Portanto, apesar de ser uma formação diferente, acreditamos que o modo de produção capitalista e a sociabilidade burguesa também ordenou as relações sociais no Brasil, o que pode ser observado por exemplo através de teorias como a Teologia da Prosperidade, bastante difundida por grupos protestantes, acentuando-se na abertura democrática.

Apesar da criminalização pós-abolição, sustentada também pelo proibicionismo, que retirava a população negra das ruas com justificativas que nada

mais eram do que a falta de políticas públicas e a tentativa de embranquecimento do país através de imigrantes brancos, a ideia de que no Brasil há uma democracia racial se espalhou através do mundo, impedindo que as violências sofridas fossem vistas com seriedade. A coisificação dos negros e os estigmas oriundos da escravidão e posteriormente a segregação destes no sistema judicial e carcerário trouxeram violências que enraizaram-se e até hoje produzem frutos na sociedade brasileira.

Com o avanço do neoliberalismo e a acentuação da barbárie, a expectativa de ter uma vida digna e justa é retirada cada vez mais desses jovens, situação que é acentuada pelo avanço do protofascismo no Brasil nos últimos anos. O fato de suas vidas serem atravessadas pela violência, o racismo e a pobreza impede que estes jovens possuam uma vida digna, os impedindo de irem à escola, ao trabalho ou aproveitarem do lazer e de atividades culturais, e certamente influenciam também nas diversas questões relacionadas à saúde mental.

3. Juvenicídio e sofrimento psíquico

3.1. Saúde mental, juvenicídio e racismo: relações diretas

Há na literatura atual diversas interpretações sobre a definição do que seria saúde mental, sendo a mais comum e utilizada nos diferentes sistemas de saúde através do globo, incluindo também o SUS (Sistema Único de Saúde) no Brasil a definição presente na OMS (Organização Mundial de Saúde) que vê a Saúde Mental a partir da análise integral da vida do indivíduo, de modo a levar em consideração diferentes áreas, não somente a ausência de doenças e, neste caso, transtornos mentais severos.

Apesar da análise integral para definir o que é ser saudável ser um avanço a partir do momento que traz à tona também aspectos sociais, de modo a responsabilizar o Estado e a Sociedade pela vida, esta também se encontra limitada. Podemos encontrar um resumo do que seria Saúde Mental a partir da ótica da ONU em seu site oficial, que a define como *“um estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de usar suas próprias habilidades, recuperar-se do estresse rotineiro, ser produtivo e contribuir com a sua comunidade.”*¹²

Podemos encontrar esta definição sendo reproduzida pelo SUS no Brasil, tanto a partir da plataforma PENSE SUS¹³ realizada pela FIOCRUZ, como em sites oficiais do governo de alguns Estados, como o Paraná¹⁴ e Minas Gerais¹⁵, o que explicita a influência dos dizeres da OMS/WHO também no Brasil.

¹² WHO. Mental health: strengthening our response. 30 de março de 2018. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-health-strengthening-our-response>> Acesso em: 04 de novembro de 2020.

¹³ Disponível em: <<https://pensesus.fiocruz.br/saude-mental>> Acesso em: 04 de novembro de 2020

¹⁴ Disponível em: <<https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/Saude-Mental>> Acesso em: 04 de novembro de 2020

¹⁵ Disponível em: <<https://saude.mg.gov.br/saudemental>> Acesso em: 04 de novembro de 2020

Como vimos em capítulos passados, a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante de um determinado momento histórico. Além de termos uma definição de saúde mental que beira a perfeição do indivíduo, possuímos também atrelado a mesma uma noção de produtividade que é característica do liberalismo. A saúde mental é ainda analisada a partir do que o indivíduo consegue *retribuir* à sociedade, sendo a normalidade muito aferida a partir das relações que os indivíduos estabelecem com o mundo do trabalho, com o cuidado da família e das crianças. Se houver dificuldades persistentes de integração dos indivíduos a essas responsabilidades socialmente valorizadas, o problema tenderá a ser tratado como da esfera individual, podendo as instituições e os profissionais da psiquiatria e da saúde mental ser acionados.

Apesar dessas indagações, No Brasil, a saúde tornou-se um direito constitucional¹⁶ sob a provisão do Estado, sendo o Sistema Único de Saúde um legado das lutas sociais e, ao mesmo tempo, já implantado sob forte disputa de interesses do capital, como o complexo médico hospitalar presente na psiquiatria. Partindo do pressuposto que todos devem ter acesso a uma saúde digna, gratuita e de qualidade, iremos analisar a saúde mental aos moldes da reforma psiquiátrica, movimento que acompanhou a própria reforma sanitária e rompeu a naturalização da violência institucional exercida pelos hospitais psiquiátricos. A desinstitucionalização proposta não era desospitalizar, mas reconhecer o sofrimento psíquico como uma experiência humana possível a ser tratada no território, de forma humanizada a partir do reconhecimento dos direitos sociais e humanos. devem ser defendidos, principalmente Na atual conjuntura, onde temos, através do novo governo, o desmonte da mesma com a reformulação da Política Nacional de Saúde Mental¹⁷ e o investimento em comunidades terapêuticas, que muito se assemelham às instituições combatidas pelo movimento.

¹⁶ Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

¹⁷ FIOCRUZ. É um pacote de medidas que desconstrói a Reforma Psiquiátrica. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/e-um-pacote-de-medidas-que-desconstrui-a-reforma-psiquiatria>> Acesso em: outubro, 2019.

A Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, a lei da Reforma Psiquiátrica se mantém e em seu artigo 2º determina que é direito do indivíduo:

I – ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades;

II – ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade

[...]

IV – ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis;

IX – ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental. (BRASIL, 2001)

Também ao se tratar de tal reforma, o volume 5º do caderno HUMANIZASUS¹⁸, em seu artigo “*Psiquiatrização da vida: arranjos da loucura hoje*” de Tania Fonseca e Regina Jarger afirma:

O movimento da Reforma Psiquiátrica, ao romper com a centralidade do manicômio, propôs-se a produzir novos conceitos, novas funções e novas percepções da loucura. Trata-se de rupturas que fazem parte da formação e da concepção do SUS à medida que propõe um conjunto de transformações relacionadas aos modos de cuidar da saúde humana. Apesar das intenções reformistas, que propunham a superação das internações, de sua substituição por meio de serviços de assistência, das transformações de nossos modos de cuidar da saúde, percebe-se uma naturalização dos diagnósticos e da persistência dos modos mais tradicionais como temos nos referido a esta característica humana, denominada Transtorno Mental. A loucura, o díspar, tende a ser incorporado na vida comum, na versão de doença mental psiquiátrica. Subjetivados como doentes mentais a partir de condições pré-determinadas pelas classificações psiquiátricas, os indivíduos submetem-se ou são submetidos a viver dependentes de instituições de cuidados. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015. p.26)

¹⁸ Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_mental_volume_5.pdf> Acesso em: novembro de 2019.

É importante também dizer que nossa abordagem em relação à saúde mental se trata de uma abordagem que perpassa os saberes da psis (psiquiatria, psicanálise, psicologia), sendo analisada de modo multiprofissional, no caso deste trabalho, a partir de uma visão crítica nos olhos de uma assistente social em formação. Como nos explica a professora PASSOS, Raquel (2020) a qual compartilhamos opinião, possuímos uma “*perspectiva de saúde mental que parte da totalidade, das contradições e da historicidade*” que “*atravessa o indivíduo e tem a sua vinculação com as relações sociais, o cenário econômico, político, social cultural, étnico racial (...)*” (PASSOS, 2020. p.72)

Como vimos, a sociedade colonial, branca e capitalista cria um padrão do que é socialmente aceito, ou seja, um padrão de normalidade através de um *homem universal*. Esse padrão é mantido de diversas formas, seja pela criação de uma subjetividade, seja pelo sistema prisional, seja através da psiquiatria que medicaliza e, por muito tempo, interna compulsoriamente determinados corpos. Aqui acrescentamos que o Movimento Antimanicomial deve também questionar qual modelo de anormalidade que precisava ser contido e trancafiado e quais corpos eram passíveis de tortura e são, até hoje, de uma intensa medicalização. Ou seja, estamos afirmando que o modelo manicomial brasileiro tinha (tem?) bases racistas. Segundo Passos (2018)

O que queremos destacar é que essas instituições de violência são funcionais para a reprodução das desigualdades e opressões, além de realizarem o controle dos corpos, comportamentos e subjetividades. A naturalização da violência institucional sobre os corpos negros compõe o modelo manicomial. O manicômio estrutura-se para além de uma edificação, pois mesmo com o fim do hospital psiquiátrico ainda experimentamos inúmeros formatos e formas de apartheid social, expressas pela via da medicalização e patologização da vida, pela internação compulsória, pela esterilização coercitiva, pela higienização urbana e demais fenômenos, ou seja, o manicômio é social, uma vez que ele está introjetado e reproduzido nas relações sociais. (PASSOS, 2018. p.3)

Ao analisarmos o sofrimento psíquico como uma demanda por saúde, cujas determinações se articulam com uma sociabilidade histórica, territorial e individual movimento extenso que ultrapassa a saúde física, a partir das nossas primeiras considerações, podemos perceber que a população jovem, moradora do Complexo da Maré, não possui as condições necessárias de acesso à saúde, como prevê a própria Lei Orgânica da Saúde - Lei nº 8.080, de 1990, que nos diz em seu artigo terceiro:

Art. 3 - A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País. (BRASIL, 1990)

Portanto, não possui condições materiais de ser, plenamente, saudável. Devido a isto, discorreremos nos capítulos anteriores uma fundamentação histórica e social da população negra, com foco na sociedade brasileira, pois acreditamos que só é possível entender questões relacionadas à sofrimentos e violências psíquicas a partir do entendimento do que foi (e é) ser negro no capitalismo colonial que se assenta no racismo estrutural, sendo o juvenicídio uma importante consequência deste (e o manicônio uma instituição de poder e controle). Oliveira (2020) nos diz:

O tema do trauma, do sofrimento e suas formas de enfrentamento na análise da saúde mental da população negra remonta à história do violento processo de desreterritorialização da “África” para as “Américas”, com a escravidão racial. As heranças desse processo ainda são visíveis na distribuição racial da renda e na segregação racial do espaço urbano, exercendo influência na vida social (OLIVEIRA, 2020. p. 104)

A própria criação do que é ser negro, como pudemos ver com Quijano (2005), é um projeto de dominação colonial embasado no eurocentrismo, que traz consigo

diversos estereótipos e violências que influenciam tanto o modo da sociedade enxergar esses corpos, como o modo que estes corpos se enxergam na sociedade. A *criação* de uma *raça* negra, vista como povos desprovidos de humanidade, sequestrados de sua terra natal e transformados em mercadoria, criou uma oposição entre “*quem deveria ser escravizado e trabalhar até a morte e quem deveria usufruir do trabalho dos escravizados*” (Oliveira, 2020, p. 106), o que nos dias atuais revela-se em quem é passível de assassinato em detrimento de uma noção de segurança que foi criada especificamente para justificar tais assassinatos.

A professora Raquel Gouveia Passos (2018) nos explica como esse sofrimento, que é produto do próprio racismo, é patologizado e individualizado, ignorando-se seu aspecto estrutural e produtor. Por isso, reitero, não podemos falar de luta antimanicomial sem falar de racismo. Isso pode ser comprovado com dados qualitativos presentes nos CAPS e demais instituições, onde grande parte de seus usuários se auto denominam pretos e pardos. Segundo PASSOS (2018), ao nos demonstrar tais dados:

(...) Em segundo lugar quero sinalizar que a população que é majoritariamente atendida nos CAPS é negra (pretos, pardos, morenos, afrodescendentes), conforme sinalizam Oliveira, Duarte e Pitta (2017) sobre o mapeamento do perfil dos usuários atendidos no Nordeste do país. Além disso, segundo o relatório da Pesquisa Nacional sobre o Uso de Crack (BASTOS; BERTONI, 2014), as mulheres negras são maioria no que diz respeito ao uso prejudicial do crack. Já Ramos (2018), vai identificar que as negras (pretas e pardas) representam 83% das mulheres em sofrimento psíquico internadas em um manicômio judiciário no Estado do Rio de Janeiro, sendo que, no INFOPEN Mulheres (SANTOS; VITTO, 2014, p. 24), a prevalência do perfil da população feminina carcerária é de que 67% são mulheres negras, sendo 2 a cada 3 presas. É essa população que se tornou alvo das ações higienistas e truculentas que ocorrem em diferentes cidades, em especial, em São Paulo e no Rio de Janeiro” (PASSOS, 2018. p. 9)

Ao falar sobre o racismo, o Ministério da Saúde da Universidade de Brasília, ao basear-se em um dado do Sistema de Informação sobre Mortalidade e a Política

Nacional de Saúde Integral da População Negra, o racismo é um determinante social quando se trata de saúde, e que *“Um dos grupos vulneráveis mais afetados pelo suicídio são os jovens e sobretudo os jovens negros, devido principalmente ao preconceito e à discriminação racial e ao racismo institucional”* (Ministério da Saúde da Universidade de Brasília, 2019). Sendo diariamente subjugada e tendo seu senso de identidade anulado, a população negra, devido às mazelas cotidianas do racismo estrutural acaba sendo muito mais exposta às situações que derivam em diversos sofrimentos psíquicos.

Oliveira (2020), se inclinando sobre a obra foucaultiana, nos exemplifica diversos tipos de poderes raciais que foram criados com a expropriação de África e se mantém até os dias de hoje. O *poder punitivo e disciplinar*, que tem como objetivo adestrar o negro, o *biopolítico*, que define quem tem direito à vida e quem tem direito à morte e o *necropolítico*, que cria as justificativas necessárias para uma morte sem culpas por parte da branquitude. Esses poderes ajudam a produzir uma *subjetividade negra* que dá aval às diferentes formas de violência que já foram aqui apresentadas. Isto cria as bases para as diferentes formas de racismo: o ambiental, onde *“o lugar do negro é o lugar de dejetos sociais”* (OLIVEIRA, 2020. p. 116), o recreativo, que é *“um meio de propagação da hostilidade racial pelo uso de humor como um projeto de dominação que se disfarça de benigno”* (OLIVEIRA, 2020. p. 116) e a gestão bio-necropolítica do espaço, que *“vai se construindo uma política administrada pela morte para manter a disciplina, o controle e a ordem racial do espaço”*.

Toda essa violência e brutalidade criam uma sociedade a qual é impossível para esses jovens estarem plenamente saudáveis, no sentido completo do termo, o que influi também diretamente às questões relacionadas ao sofrimento psíquico. Como bem nos diz Oliveira (2020):

Nesse sentido, o trauma do racismo vai gestando sofrimento, fragmentação, doenças psicossociais. Então os negros nasceram na moderno-colonialidade como seres matáveis, descartáveis, que aguentam mais dor, porque crueldade não se aplica aos negros, o único de todos os

seres humanos que, na modernidade, foi transformado em mercadoria (MBEMBE 2014). Mesmo após a morte, não tem a dignidade respeitada. São a expressão do mal, são seres que aglomerados nos causam medo, são seres instintivos, animais e destituídos de humanidade, a estética da feiura. O negro é a ausência de obra. O negro, portanto, são seres homogêneos. Todos os seres são iguais, sem importância. Então, é um repertório limitado de destinos e possibilidades (OLIVEIRA, 2020. p.120)

O juvenicídio, que como vimos é uma categoria ampla que diz respeito à todo aspecto opressor e violento que circunda a vida de um determinado grupo da juventude - a juventude negra e pobre -, aniquilando todo seu modo de ser e estar em sociedade, muitas vezes também retirando-lhes a vida, também é um grande atenuante no sofrimento psíquico desses jovens. A partir de um levantamento do Ministério de Saúde da UNB¹⁹, é possível observar que a cada 10 óbitos oriundos de suicídio entre jovens no Brasil, 6 são de jovens negros. Outro dado que o estudo nos traz é que, entre 2012 e 2016, enquanto a taxa de suicídio entre brancos diminuiu, quando falamos de jovens negros essa taxa obteve um crescimento de 12%. Ainda mais chocante, ao analisar especificamente os jovens negros do sexo masculino em 2016, é constatado que a taxa de suicídio foi 50% superior.

Quando falamos de assassinatos, os dados não são muito diferentes, com três vezes mais jovens negros de 10 à 19 assassinados do que brancos no ano de 2012, segundo um relatório da UNICEF²⁰. Também segundo um relatório do IBGE referente à 2017²¹:

No grupo de pessoas pretas e pardas total, sem diferenciar idade ou sexo, a taxa de homicídios aumentou de 37,2 para 43,4 entre 100 mil habitantes, de 2012 a 2017. O crescimento não foi proporcionalmente igual ao dos

¹⁹ Disponível em:

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/obitos_suicidio_adolescentes_negros_2012_2016.pdf>

Acesso em: de novembro de 2019

²⁰ Disponível em:

<https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Hidden_in_plain_sight_statistical_analysis_EN_3_Sept_2014.pdf> Acesso em: novembro de 2019

²¹ Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/11/homicidios-entre-jovens-negros-e-quase-tres-vezes-maior-do-que-brancos-e-chegam-a-185-por-100-mil.shtml>> Acesso em: novembro de 2019

brancos, que permaneceu estável: de 15,3 para 16. (...) Essa diferença significa que pretos ou pardos tinham 2,7 vezes mais chances de serem vítimas de homicídio em 2017 do que os brancos.

Em relação à violência estatal, temos os assassinatos policiais como um vetor forte quando estamos falando desse setor da população, o que foi exacerbado com o avanço dos governos protofascistas nos últimos tempos. No Estado do Rio de Janeiro, somente no início do mandato do governo Wilson Witzel, nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2019, os assassinatos policiais se totalizaram em 434, maior número desde 1998, segundo o ISP (Instituto de Segurança pública), 41,8% a mais do que o primeiro trimestre de 2018²². Em seus primeiros 5 meses de mandato este já fora responsável pelas duas maiores operações desde 2013, sendo uma delas inclusive realizada no Complexo da Maré, espaço do estágio em Serviço Social, tendo como apoio um helicóptero atirando em direção à favela em horário escolar, acarretando no homicídio de oito pessoas.²³

Evidenciam-se recortes étnico-raciais, constituindo no Brasil um genocídio da juventude negra, sendo necessário levar em consideração a trajetória histórica desse país que vem exterminando – de múltiplas formas – a população negra, que é o segmento social que mais sofre pela dinâmica estrutural do capital no Brasil. Ao analisar os dados de realidade, é possível observar que o fenômeno da mortalidade acaba atingindo um segmento social específico: os jovens pobres e negros. São esses jovens os sujeitos que mais vêm sendo atingidos pela dinâmica homicida no Brasil, tendo em mente que a seletividade homicida – que captura os jovens negros no Brasil – é fruto de múltiplas formas de violações de direitos, mantendo raízes históricas com relação ao desenvolvimento capitalista no Brasil, em que os jovens – especialmente negros – são impactados – fruto da dinâmica produzida e reproduzida pelo atual modo de produção, na perspectiva da reificação de sujeitos. (Scherer G. A. 2018. p. 11)

²² Informação disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/04/18/policia-do-rj-tem-comeco-de-ano-mais-letal-dos-ultimos-16-anos.htm>> Acesso em: 12 de junho de 2019

²³ Informação disponível em:

<<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/04/100-dias-de-wilson-witzel-poucas-propostas-e-muitos-assassinatos/>> Acesso em: 12 de junho de 2019

Porém, esse avanço violento não se iniciou no governo de Wilson Witzel, embora tenha alcançado seu pico até o momento nele. Já na intervenção federal decretada pelo ex presidente não-eleito Michel Temer, houve uma operação policial com uso de helicópteros que acarretou no assassinato de um adolescente de 14 anos e outras 6 pessoas.²⁴ Segundo Scherer (2018), há uma relação entre a diminuição do investimento público em políticas sociais a partir do recrudescimento da agenda neoliberal e a escolha política de aumento do controle punitivo.

Observa-se que, a partir do ano de 2016, ocorre uma intensificação das perspectivas neoliberais na realidade brasileira. Destaca-se que o ideário neoliberal afirma a necessidade de enxugamento dos gastos sociais, tanto no âmbito do Estado (assim redefinindo o papel do Estado não mais como interventor, e sim como regulador) quanto no âmbito das empresas, fomentando o processo de maior exploração com menos mão-de-obra (HOUTAR; POLET, 2002). Tal direcionamento neoliberal pode ser percebido desde o baixo investimento em políticas sociais – ampliando o contexto de precarização no âmbito da garantia de direitos – bem como por meio das diversas contrarreformas, que acarretam a destruição dos direitos que foram dificilmente conquistados ao longo da história do Brasil. (Scherer G. A. 2018. p.258)

Temos, além desses dados, diversos outros casos que podem exemplificar a displicência da polícia militar a mando desses mandatos. Um desses se caracteriza pelos 200 tiros proferidos contra o carro do músico Evaldo dos Santos Rosa, sendo que 80 acertaram o veículo. Este veículo conduzia o músico, que acabou vindo a óbito, sua esposa, seu filho, o pai de sua esposa e uma amiga da família. No primeiro momento a própria polícia emitiu uma nota dizendo que, na verdade, o carro pertencia a criminosos que haviam atirado contra eles.

Cabe salientar que a violência física não é a única a afetar os moradores dos territórios seletivamente criminalizados. Embasando essa política genocida, temos, socialmente, o levantamento de atitudes e falas fascistas que circundam o

²⁴ Informação disponível em:

<<https://extra.globo.com/casos-de-policia/morre-adolescente-de-14-anos-baleado-durante-operacao-no-compl-exo-da-mare--22802124.html>> Acesso em: 12 de junho de 2019

dia a dia. Não é raro, ao pegarmos o transporte público, ouvirmos falas absurdas sendo proferidas de forma aberta e como se nada houvesse de errado. Até o assassinato de uma vereadora, negra e periférica, serviu de motivo de chacota para o cidadão médio que constitui a chamada *família tradicional brasileira*. Ouvimos desejos de morte, racismos escancarados, violência que é ensurdecadora para quem a vive cotidianamente.

A naturalização dessa violência pôde ser observada empiricamente durante todo o campo de estágio, e por mais que se trate de consequências próximas de toda uma estrutura, que se dão no cotidiano, faz parte de todo o conjunto de violências estruturais que discorremos até o momento. É essa imagem, violenta e seletiva, que vivem os jovens moradores de territórios violentados, atuando diretamente, como poderemos ver posteriormente através do relato do campo de estágio, na saúde mental desses jovens.

Nesta direção, a desigualdade social é uma dessas determinações e, também é incontestável. segundo o estudo do IBGE “*Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*”²⁵, de novembro de 2019, 68,5% dos cargos gerenciais são ocupado por brancos, enquanto 29,9% são ocupados por pretos e pardos. 32,9% da população preta e parda vive com um renda inferior a 5,50 ao dia e 8,8% inferior a 1,90, números que ao falarmos sobre população branca diminui para 15,4 e 3,6 respectivamente. As taxas de analfabetismo também são de importante análise: 9,1 para pretos e pardos e 3,9 para brancos.

É inegável o caráter processual do juvenicídio, ao analisarmos tais indicadores, que há o assassinato em massa dos jovens negros, seja pela via direta, ou seja, ao apertar o gatilho da arma, seja de modo indireto, ao retirar direitos, colocar esses jovens em uma situação de destituição de direitos que combina vulnerabilidade, difundir estruturalmente um racismo violento, a questão de classe, de gênero materializados nos sujeitos e territórios reais de vida e, neste caso,

25

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=sobre>

também de morte. isto é, ao criar o ambiente para que estes não consigam ter uma vida digna, muitas vezes resultando ao suicídio, onde, apesar do Estado e a sociedade não apertarem o gatilho, são tão responsáveis quanto.

Assim, no próximo item do trabalho, procurarei contar um pouco de minha experiência pessoal e subjetiva, que motivou acionar as categorias e autores até o momento. de modo a dar embasamento empírico ao que até o momento tentei explicar a partir de reproduções bibliográficas.

3.2 Territorialidade: Complexo da Maré e Luta Pela Paz: memórias do estágio.

Cheguei à Luta Pela Paz no segundo semestre de 2018, logo após o assassinato da vereadora Marielle Franco. Pude perceber diversos cartazes a respeito do homicídio da referida vereadora, que logo em um primeiro momento demonstraram a mim a escolha de posicionamento da instituição referente à temas sociais.

A partir de agora, as memórias da experiência de estágio são acionadas, apesar de não ter sido registrada em diário de campo. Não há a pretensão de tomá-las como reconstituição factual dos eventos tomados como relevantes, mas facultar ao leitor se aproximar de como vivi o pretérito e de como as categorias escolhidas nesta monografia se tornaram relevantes para tomar as experiências como analisadores do movimento do real. Este item, portanto, é o espaço mais complexo desta monografia porque a partir do exercício do método crítico e dialético, partimos da inquietude do sofrimento psíquico dos adolescentes e jovens atendidos nessa instituição - registrado na Introdução -, seguimos pelo percurso teórico acionando as categorias juvenicídio, racismo estrutural, proibicionismo às drogas, territorialidade e saúde mental, e retomamos àquele cotidiano atentas aos cuidados

éticos de não identificar nem as trabalhadoras do campo de estágio nem seus usuários. Escolhemos assim algumas experiências para reconstituir neste item.

A primeira foi referente à etapa da seleção, que foi uma prova escrita. Havia 5 vagas e apenas 5 alunos foram realizar a prova escrita, apesar de uma grande demanda por estágio a partir dos estudantes de Serviço Social, o que demonstrou de modo empírico o temor de estagiar em território de favela e o estigma sofrido pelas pessoas que vivem nesses territórios violentados, onde muitos preferem ficar sem o estágio à trabalhar com referido público nesse território.

No processo seletivo, pude ter contato com o trabalho da instituição em relação aos jovens, pois uma das fases eliminatórias da seleção era uma entrevista com a liderança juvenil, jovens de diferentes modalidades que são escolhidos democraticamente para representar todos os demais alunos. A entrevista se deu através de uma roda de conversa a respeito dos mais diversos temas que circundam a vida de moradores de favela. Foi-nos perguntado o modo como nos sentíamos ao adentrarmos o território, sentimentos em relação às armas, explicando como se dão as operações. Logo nessa entrevista inicial foi abordado a temática da saúde mental a partir de trocas de experiências. Um dos alunos divagou a respeito do medo de caminhar em determinados lugares da cidade, pois sempre era envolto de olhares estigmatizantes. Um outro aluno nos contou a respeito de falsas acusações de roubos e o modo como pessoas brancas sempre acusam negros quando algo some. a truculência policial em abordagens e o racismo também foram temas que vieram à tona, em que uma aluna nos contou do modo esdrúxulo em que os policiais a revistaram, onde todos os outros alunos presentes concordaram. Foi relatado síndromes do pânico devido às constantes operações, onde muitos jovens e crianças do território estavam sofrendo de modo a não conseguirem sair de casa, ou entrando em desespero com qualquer indício de barulho alto, enfim, diversas questões que atravessam violências físicas e também psíquicas.

Fui aprovada na seleção e o relato aberto dos jovens já naquele primeiro instante de contato me gerou indignação e o reconhecimento de que as expressões

da questão social e racial são acompanhadas de múltiplos sofrimentos, dentre eles, o da saúde mental. Ao mesmo tempo, foi relevante encontrar jovens conscientes dos processos violentos que viviam cotidianamente e como o tratamento coletivo dessa dominação e opressão parecia ser um caminho de resistência, de luta e, também, de minoração de um sofrimento regular a que são impingidos.

No meu primeiro semestre, cujo foco foi a observação, pude perceber mais de perto tais questões. Alguns casos de automutilação vinham à tona, e o debate acerca da saúde mental se tornava obrigatório. Alguns adolescentes e jovens começaram a procurar os professores para desabafar sobre pensamentos suicidas, questões familiares, medos... Uma aluna, que fazia parte do escopo dos lutadores profissionais, foi pedir ajuda ao professor, que, sem saber como agir, contatou o suporte social. Muitos outros casos vieram à tona, e os professores começaram a observar os pulsos dos alunos durante as aulas, sem deixar que estes percebessem, onde foi descoberto muitos outros casos de cortes e auto agressões. Começava-se a pensar um modo de atuar, mesmo sem os recursos necessários para poder dar conta de toda a demanda, e a exigência de um profissional da área de saúde mental começou a ser requisitada.

No segundo semestre, o debate foi se tornando cada vez mais intenso. A partir do momento que a demanda foi sendo investigada e o diálogo a respeito do tema abrangido através de rodas de conversa e exposições, mais e mais casos foram surgindo. Lembro-me de um caso específico de uma criança, cerca de 6 anos, que começou a ter ataques de pânico constantes durante as aulas. Ao procurarmos familiares, foi-se constatado que após o aumento das operações policiais no Complexo, a criança começou a ter muitas crises sempre que ouvia um barulho mais alto, se escondendo embaixo de mesas e saias e, muitas vezes, se urinando. Com a entrada do psicólogo na instituição no início de 2019, procurou-se fazer um contato com a rede sócio-assistencial do Complexo, onde foi constatado que não era somente uma questão da Luta Pela Paz, mas algo que estava sendo preocupação de todas as instituições do território. A partir disso, foi feito um esforço por parte dos profissionais de realizar reuniões periódicas com a rede sócio-assistencial do

Complexo da Maré, reuniões com os CAPs, as Clínicas da Família, outras ONGS e OSCIPs da Rede. Reuniões as quais eu pude acompanhar, e que me mostraram ainda mais a necessidade de pesquisar o porquê desse grupo estar sendo tão violentado.

A primeira dessas reuniões amplas em saúde mental foi realizada no dia 4 de setembro de 2019, já no meu terceiro semestre de estágio. Esta se deu de forma sistemática e direta, onde os profissionais trocaram experiências e foi concluído que tal situação é recorrente na maioria das organizações do local. Foi debatido sobre a facilidade de se adquirir medicamentos dentro da favela e como isso é um fator de risco quando se trata de pessoas que já estão com algum problema na área da saúde mental, sobre o crescimento no número de casos de suicídio, sobre o papel do atual governo e sua política genocida nos acontecimentos e, ao final, no que poderia ser feito para amenizar a situação. Foi chegada a conclusão que nenhuma instituição tem condições monetárias e estruturais para lidar diretamente com tal demanda, que deveria ser cobrada do Estado, o que nos mostra como o juvenicídio se processa através da ausência do Estado ao falarmos de políticas sociais públicas como a saúde, que seriam direito da população, ao mesmo tempo que este se faz presente através da violência constante, muitas vezes facilitando o surgimento de muitas doenças.

Todas as dezenas de casos de automutilação, planejamentos e tentativas de suicídio, abuso de substâncias, comportamentos auto-destrutivos, casos de síndrome do pânico. Crianças e adolescentes que não conseguiam sair de casa por medo, que à qualquer barulho mais alto se escondiam, se urinavam. Jovens que, sem uma perspectiva mais segura de futuro, estavam sempre buscando meios de lidar com o próprio sofrimento, muitas vezes pensando na morte. Adultos com insônia, depressão, ansiedade. A maioria dos casos vinha com uma mesma indagação para equipe: o que significa ser negro e pobre, morador de áreas violentadas? Foi acompanhando esse processo que me veio a ideia de realizar meu trabalho de conclusão de curso, para que, ao menos minimamente, na minha insignificância, eu pudesse acrescentar nesse debate.

Diversas rodas de conversa com os jovens trouxeram uma grande parte das questões e poucas respostas. Retomando minha entrevista de adesão, pude novamente ouvir da boca deles o medo de ser morto devido a cor da pele e que isso causava ansiedade; as longas horas de trabalho informal para poder alimentar a família também causavam estafa e a falta de perspectiva de trabalhos mais qualificados causava melancolia. Foram compartilhamentos atrás de compartilhamentos mas, dessa vez, devido ao amplo trabalho realizado com a população que trazia a temática da saúde mental de forma crítica, foi possível observar que todos os desabafos vinham envoltos de questões de etnia e classe, além de território. O inimigo agora tinha um rosto estrutural, e, por mais que não com essas palavras, na boca daqueles jovens esse inimigo era o juvenicídio, o racismo estrutural e o colonialismo que desde seus nascimentos trazia diversas adversidades que os colocavam em uma situação de pobreza estrutural, de violência sistemática e de risco eminente de homicídio, vulnerabilidade que criava todo um ambiente propício para o surgimento dos mais diversos sofrimentos.

O planejamento para o quarto período de estágio era de organizar reuniões com os jovens, e, na medida do possível, realizar um debate e questionários menos invasivos possíveis para coleta de dados quantitativos, planejamento que foi interrompido devido à pandemia do COVID 19. Apesar disso, o contato que tive nesses 3 semestres de estágio presencial foram suficientes para que eu pudesse perceber e desenvolver tais problemáticas.

3.3.1 Questão social, território e terceiro setor

A Questão Social advém do conflito entre trabalho e capital, que traz consigo diversas mazelas que assombram, em sua grandeza, a classe trabalhadora: a partir do momento que se aumenta a concentração privada de riquezas, a exploração do trabalhador cresce. Com o desenvolvimento do Capital, surgem na sociedade

capitalista novos processos de trabalho, e com a industrialização, novas questões da habitação são construídas. Seja no momento em que se aumenta a quantidade de migrantes sem que haja o aumento de políticas sociais para a sociedade, seja removendo a *parte feia* da cidade com um discurso envolto de um racismo escancarado, criam-se formas de urbanização que são caracterizadas pela divisão territorial do trabalho. No território, engendram-se relações sociais reproduzidas no cotidiano, sendo diretamente influenciadas pela dinâmica de poder da sociedade capitalista, estando sempre se moldando de acordo com relações internas e externas. Scherer nos diz:

O modo de produção capitalista cria uma dinâmica de reprodução no espaço territorial, a fim de facilitar o seu processo de produção e reprodução, criando assim uma divisão desigual de recursos e acessos, desenvolvendo espaços de segregação no âmbito da sua divisão geográfica. Conforme Pereira (2010), a dinâmica capitalista apropria-se intensamente da dimensão espacial, expandindo-se através de transformações de caráter técnico e organizacional em escalas diferenciadas – sendo que tais expansões, somadas à distinção geográfica, geram desigualdades geográficas que contribuem para delimitar relações de poder, de luta de classes e de comportamento coletivo. (SCHERER G. A. 2018, p.4)

Também:

A dinâmica espacial do capital produz espaços de segregação, onde uma massa populacional é deslocada pela dinâmica espacial do capital para territórios nos quais, muitas vezes, a ausência de proteção social dá lugar à presença de altas taxas de violência e criminalidade, com destaque para a violência letal. (SCHERER G. A. 2018. p. 6)

No modo de produção capitalista, a moradia é vista como mercadoria e sua aquisição depende do poder de compra, o que no Brasil foi extremamente debilitado devido à grande concentração de renda, que impediu uma boa parte da população de acessar o mercado formal de trabalho, impedindo-as de, a partir da Lei de Terras, conseguir moradia. A partir disso, nascem as favelas. Ou seja: com a debilidade do

Estado de garantir um dos direitos presentes na constituição de 88, a população mais pobre da sociedade, constituída principalmente de descendentes de negros escravizados, sem ter onde ir, ocupou parte da cidade. Parte esta que, quando se trata de políticas públicas, foi ignorada, enquanto ao se falar de violência e repressão, é o foco principal do Estado até os dias atuais.

É a partir desta configuração que surgiu o Complexo da Maré. Reconhecida como bairro desde 1994, o Complexo da Maré é o maior complexo de favelas da cidade do Rio de Janeiro, possuindo 16 favelas diferentes em todo seu ambiente, habitando cerca de 130 mil pessoas em sua totalidade.

Com a industrialização ocorrida na era Vargas através do Estado Novo, o local onde hoje se encontra o Complexo da Maré passou de um arquipélago, lar de pescadores, a um grande polo industrial, selado com a criação da via expressa Variante Rio-Petrópolis (atual Avenida Brasil), com o intuito de melhorar a conexão com o centro. Com a seca no nordeste, houve grande êxodo rural para essa área, criando-se a comunidade Baixa do Sapateiro em 1940

Ainda em uma Maré recém germinada, envolta de palafitas, as remoções que ocorreram com o intuito de modernizar a Zona Sul carioca em plena ditadura militar contribuíram para um desenvolvimento das comunidades. Tendo algumas localidades como moradia temporária e outras sendo ocupadas por moradores que não tinham para onde ir, constitui-se a formação original do Complexo da Maré: Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Parque Rubens Vaz, Parque Maré, Parque União e Nova Holanda. Com quatro novas comunidades formadas em 1980 e a Nova Maré nos anos 90.

A Luta Pela Paz surge nesse contexto, sendo uma OSCIP fundada em 2000 pelo ex-boxeador Luke Dowdney com o objetivo referido de atender a jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade que residem em comunidades cercadas pela violência e criminalidade, com o intuito de prevenir o envolvimento desses jovens com o tráfico de drogas e possibilitar que estes tenham possibilidades para inserção no mundo de trabalho formal.

A partir da década de 1970 há grandes alterações no mundo do trabalho a partir da reorganização das forças produtivas no novo ciclo do capital que originou o surgimento de novas problemáticas. Dentre diversas mudanças, há a institucionalização de formas corporativas de organização, que trazem reformas institucionais, em especial privatizações, onde organizações particulares substituem as ações do Estado. Com a extrema flexibilização - desregulamentação - do trabalho como enfrentamento da queda da taxa de lucro, diversos trabalhadores são expulsos do mercado, enquanto quem permanece tem seu foco em manter sua posição (classe média conservadora). Surge uma nova cultura do trabalho em alternativa à crise econômica e social, com contratos informais onde o indivíduo continua explorado porém se pensa livre. Tais processos também trazem como consequência uma redefinição no enfrentamento da questão social no Brasil. Ou seja, há uma demanda crescente de políticas públicas porém com uma restrição de recursos, o que causa um crescimento nas expressões da questão social, que sofre um processo de criminalização.

Os processos de desestatização, desregulamentação e privatização acarretam no crescimento do terceiro setor a partir de uma revolução passiva comandada pelos setores burgueses excluindo a sociedade civil, embora o Estado busque parcerias para se legitimar. É nesse contexto de crise e de um avanço do neoliberalismo conservador que surge o Luta Pela Paz e diversas ONGS/OSCIPs. Apesar de surgirem para cumprir um papel essencial na luta pelo enfrentamento das expressões da questão social, não podemos deixar de localizar estas instituições na sociedade e fazermos devidas críticas a respeito do papel que cumprem, que muitas vezes está diretamente vinculados a conceitos neoliberais.

Considerações finais

O presente trabalho buscou rapidamente demonstrar o modo como as especificidades do juvenicídio e racismo estrutural no território brasileiro são importantes serem consideradas ao pensarmos sobre a temática da saúde mental, buscando caracterizar as influências do racismo estrutural para os jovens residentes de lugares *violentados*, como o da Maré. Podemos perceber, através dos levantamentos aqui apresentados, que é impossível pensarmos no conceito pleno de saúde e saúde mental em um grupo que sofre uma atualização sistemática da violência de classe e de raça. O exame da formação histórico-social brasileira nos faculta reconhecer a violência desde o sequestro da África e trazido para o Brasil na forma de mercadoria, onde a falta de humanidade na divisão racial do trabalho assume se mantém ao decorrer de toda formação histórico-social brasileira, assumindo, a depender da época, diferentes formas, todas extremamente violentas.

Como aluna branca, fiz a escolha de debater sobre o tema pois gostaria de contribuir o possível com a luta antirracista na universidade, temática que só nos últimos anos começou a ser abordada na formação, e ainda assim com muitas limitações. Acredito que a luta antirracista se fortalece ao falarmos sobre ela e debatermos todas as suas especificidades de forma interseccional, e, desse modo, busco fazer minha parte nesta parcela da questão social, onde a opressão racial foi e é estruturante, particularmente, para os jovens, negros e moradores de favela.

Ao fazer o estágio pude perceber no decorrer dos semestres um sofrimento latente que se coloca historicamente desde a fundamentação do Brasil e se renova historicamente e cotidianamente no Estado do Rio de Janeiro, no meu caso, mais especificamente nos jovens residentes do Complexo da Maré. Articulando a questão social com a questão racial e trazendo outras dimensões que acredito serem importantes para o total entendimento da problemática do juvenicídio, debruicei-me sobre aspectos que serão imprescindíveis no trabalho que terei no futuro como

assistente social formada.

A partir disso, acredito ser importante salientar o esforço necessário para encontrar bibliografias dentro do serviço Social referentes a um tema que é primordial para o entendimento da Questão Social no Brasil que é o racismo estrutural, o que demonstra que produções a respeito da temática se fazem extremamente importantes para que possamos entender a realidade material no Brasil e atuemos em função de *“da equidade e justiça social que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;”* (CFESS, 1993) e nos empenhamos a *“eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;”* (CFESS, 1993)

Acho importante também destacar as lacunas presentes no atual trabalho, que falhou em aprofundar algumas temáticas importantes para discussão do tema. A questão da juventude acabou por ficar defasada, não sendo desenvolvida. Além de faltar em desenvolver alguns aspectos empíricos. Buscarei desenvolver futuramente estas questões em trabalhos posteriores.

REFERÊNCIAS.

ABRASCO. *Sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas*. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/saude-da-populacao/sobre-as-mudancas-na-politica-nacional-de-saude-mental-e-nas-diretrizes-da-politica-nacional-sobre-drogas/39619/>>. Acesso em: out, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte. Letramento, 2018.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. A prece de Frantz Fanon: *Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!*. Civitas, Rev. Ciênc. Soc., Porto Alegre , v. 16, n. 3, p. 504-521, Sept. 2016 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-60892016000300010&lng=en&nrm=iso>. acesso em: 06 Nov. 2020.

BONALUME, Bruna Carolina; JACINTO, Adriana Giaqueto. *Encarceramento juvenil: o legado histórico de seletividade e criminalização da pobreza*. Rev. katálysis, Florianópolis , v. 22, n. 1, p. 160-170, Apr. 2019 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802019000100160&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 Nov. 2020. Epub May 09, 2019.

CEBES. *A nova política de saúde mental: “o modelo de atenção psicossocial no Brasil está em jogo”*. Disponível em: <<http://cebes.org.br/2019/05/a-nova-politica-de-saude-mental-o-modelo-de-atencao-psicossocial-no-brasil-esta-em-jogo/>> Acesso em: Outubro de 2019.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Luís (2014). *A exclusão social como revelador das relações entre violência estrutural e violência quotidiana*. Quaderns-e de l'Institut Català d'Antropologia, 19 (1), Barcelona: ICA, pp. 175-186. [ISSN 169-8298].

FREITAS E SOUZA, Maciana. Justificando. *O direito à saúde mental no contexto do neoliberalismo*. Disponível em: <<http://www.justificando.com/2019/01/17/o-direito-a-saude-mental-no-contexto-do-neoliberalismo/>> acesso em: Outubro de 2019.

GELEDES. *Seis estatísticas que mostram o abismo racial no Brasil*. Disponível em: https://www.geledes.org.br/seis-estatisticas-que-mostram-o-abismo-racial-no-brasil/?gclid=Cj0KCQjw5eX7BRDQARIsAMhYLP_AVp5viFAMIsUzBsTRn-064Yi72MkxLFrrLR25gFFsJJqoOE07H8UaAhyZEALw_wcB. Acesso em: 04. out. 2020

GOMES, M. F. C. M. ; FERNANDES, L. L. . *A mercantilização da cidade e a questão do desenvolvimento local*. O Social em Questão , v. v. 18, p. 129-149, 2007.

Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam? Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro, Júlio Jacobo Waiselfisz. Brasília-DF: Flacso - Brasil, OEI, MEC, 2015.

LEMOS, Alexandre Piana. *A formação histórica brasileira: perspectivas Marxistas*. UFRGS. 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; SILVA, Marta Maria Alves da e ASSIS, Simone Gonçalves de. *Institucionalização do tema da violência no SUS: avanços e desafios*. Ciênc. saúde coletiva[online]. 2018, vol.23, n.6, pp.2007-2016. ISSN 1413-8123.

MINAYO, MCS. *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. Temas em Saúde collection. p. 132

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Metodologias para o Cuidado de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências*. http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/metodologias_cuidado_crianca_situacao_violencia.pdf

MOURA, Clóvis. *Da Insurgência Negra ao Escravismo Tardio*. Estudos Econômicos. São Paulo. 1987. 17(N9 Especial):37-59.

MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo, 1994. Editora Ática.

NJAINE, K., ASSIS, S. G., and CONSTANTINO, P. *Impactos da Violência na Saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007, 418 p. ISBN: 978-85-7541-588-7. <http://books.scielo.org/id/7yzrw/epub/njaine9788575415887.epub>.

PAULO, Amarante; MONICA DE OLIVEIRA, Nunes. *A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios*. 2018.

ROCHA, A.P. *O Juvenicídio brasileiro e as prisões preventivas por tráfico de drogas*. Justificando. Disponível em: <http://www.justificando.com/2019/02/25/o-juvenicidio-brasileiro-e-as-prisoos-preventivas-por-trafico-de-drogas/> Acesso em: outubro de 2019.

ROCHA, A. P. *Segurança e racismo como pilares sustentadores do Estado burguês*. Argumentum, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 10–25, 2020. DOI: 10.47456/argumentum.v12i3.32628. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/32628>. Acesso em: 29 dez. 2020.

ROCHA, A. P. *Proibicionismo e a criminalização de adolescentes pobres por tráfico de drogas*. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 115, p. 561-580, Sept. 2013.

Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282013000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 Nov. 2020.

Scherer G. A. (2018). *Territórios Violentados e Vidas Descartáveis: a dinâmica espacial do capital diante da crise estrutural*. (Violated territories and disposable lives: The spatial dynamics of capital in face of the structural crisis). *Emancipação*, 18(2), 251-265.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

Tella, M. (2013). *Estigmas e desqualificação social dos negros em São Paulo e Lisboa*. *Ponto-e-Vírgula : Revista de Ciências Sociais*, 0(3).

UOL. *Racismo gera diferença salarial de 31% entre negros e brancos, diz pesquisa*. 2020. Disponível em:
<<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/01/racismo-gera-diferenca-salarial-de-31-entre-negros-e-brancos-diz-pesquisa.shtml> > Acesso em: junho de 2020

VALENZUELA Arce J. M. *Juvenicidio. Ayotzinapa y las vidas precárias en América Latina y España*. Barcelona: Ned Ediciones; Guadalajara: ITESO; Tijuana-Mx.: El Colegio de la Frontera Norte- Colef, 2015.

Violência na adolescência: sementes e frutos de uma sociedade desigual. Simone Gonçalves de Assis, Suely Ferreira Deslandes, Nilton César dos Santos
http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/impacto_violencia.pdf